

Plano de Actividades 2007



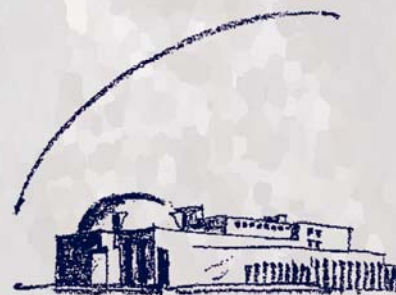
Matosinhos
Câmara Municipal

Sumário

1 Mensagem do
Presidente

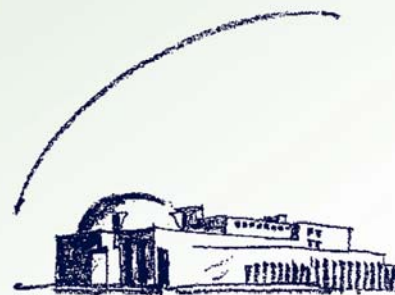
2 Áreas de Actividade
Municipal

3 Gestão Financeira



Matosinhos
Câmara Municipal

Mensagem do Presidente



Matosinhos
Câmara Municipal

O ano de 2007 será, obviamente, um ano de continuidade e aprofundamento das políticas apresentadas durante 2006 e em que o executivo municipal pautará a sua acção, uma vez mais, pelo cumprimento dos compromissos assumidos com os Matosinhenses aquando das eleições autárquicas de 2005 e reiteradas em inúmeros encontros com a população de todas as freguesias.

Aproveito para relembrar o compromisso que assumi com Matosinhos:



- O compromisso de fazer das pessoas a agenda de Matosinhos;***
- O compromisso de fazer de todos o objectivo único e o agente de todas as políticas da autarquia;***
- O compromisso de simplificar a vida às pessoas;***
- O compromisso de estar perto das pessoas;***
- O compromisso de valorizar as pessoas;***
- O compromisso de mobilizar as pessoas.***

Assumi que este mandato seria de estímulo à inovação e à criatividade mas também de aprofundamento das nossas marcas. Um Matosinhos de Mar, Movimento e Cultura. Mar com tudo o que tem a ver com a ligação umbilical que com ele mantemos, seja pela actividade piscatória, pelo lazer, pelo desporto, pela nossa gastronomia. Movimento por tudo que tem a ver com as actividades económicas, com a movida matosinhense, Cultura pela nossa oferta cultural já reconhecida a nível nacional pela qualidade, criatividade e ousadia.

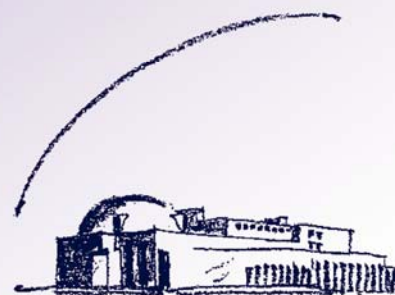
Estou profundamente empenhado em elevar o nosso patamar de intervenção e que, estou em crer, será motivo de orgulho de todos os Matosinhenses.

O Presidente da Câmara

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'Guilherme Pinto'. The signature is stylized with a large 'G' and 'P'.

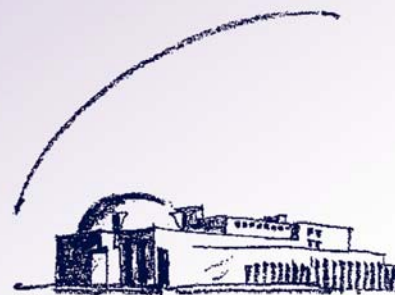
Dr. Guilherme Pinto

Áreas de Actividade Municipal



Matosinhos
Câmara Municipal

Comunicação e Relações Públicas



Matosinhos
Câmara Municipal

O sucesso de uma política de comunicação e relações públicas passa pela vertente do atendimento público e pelo acesso dos cidadãos aos serviços. Cidadãos que se assumem cada vez mais informados, mais activos, mais exigentes. Em consequência da acção dos jornais, da rádio, da televisão, da Internet, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descuidada, realça ou negligencia, elementos específicos da realidade social, tendendo a incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos e preocupações o que os *mass-media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo.

Em todo o caso, os direitos do munícipe e de todos os "consumidores" dos serviços prestados pela autarquia implicam uma satisfação de um número crescente de necessidades, um alargamento do leque de serviços e uma modernização dos procedimentos.

Um dos maiores desafios da Administração autárquica reside na necessidade de se tomarem decisões cada vez mais rápidas, mais descentralizadas e com maior eficácia perante cidadãos mais exigentes. Assumindo-se como uma administração mais próxima, aberta, transparente e estimulante à participação.

Simplificar a vida às pessoas. A pensar nas pessoas, apostamos em simplificar-lhes a vida, ou seja, numa autarquia de permanente porta aberta aos munícipes, com a abertura de um **front-office** que se propõe a, no mesmo espaço, garantir o atendimento de qualquer assunto da vida autárquica de



forma rápida e eficiente. Simplificar a vida também pelo conhecimento integral dos seus direitos e dos procedimentos a seguir como se propõe fazer com elaboração do **Guia do Munícipe**.

Mas simplificar a vida às pessoas é também estar perto delas. Estamos verdadeiramente empenhados numa contínua, mas sustentada, descentralização dos serviços e na aposta da qualidade, nomeadamente, na Lojas Municipais do Cidadão e nos Espaços Internet.

Política de descentralização que se estenderá a partir das infra-estruturas e procedimentos criados a partir da instalação do **Gabinete do Município** nos Paços do Concelho (*front-office*).

Queremos estar ainda mais próximos das cidades nossas irmãs. Em 2007, as **geminções** serão, também, alvo da nossa atenção.

A **comunicação interna** é também muito importante e estão já pensadas um conjunto de iniciativas para Mobilizar os Colaboradores da autarquia com especial ênfase para a consolidação de um espírito de equipa e de um espírito de pertença à organização. O **I Encontro Anual de Trabalhadores** foi um sucesso e esta iniciativa deverá voltar a realizar-se em 2007. Contudo, queremos ir mais longe. Queremos melhorar a comunicação interna seja através do aumento das funcionalidades da **Intranet** seja através de um **Jornal Interno** que chegue a todos os funcionários.



Estar Perto das Pessoas é, também, procurar ir ao seu encontro. Acima de tudo, comunicar, de forma clara e concisa. Através de uma Revista Municipal com cada vez mais qualidade gráfica, conteúdo diversificado e uma mensagem de fácil apreensão para a generalidade dos munícipes. Através de uma **página**



da Internet onde a interação com os cidadãos é cada vez mais valorizada, onde a aposta na convivência entre imagem, som e vídeo nos eleva nos rankings nacionais de qualidade de sites municipais, onde se privilegia a informação e a actualidade e onde a gestão de conteúdos é feita de forma permanente, minuciosa e cuidada. Nesse

sentido, estamos apostados em melhorar ainda mais a página da *Internet*, introduzindo-lhe novos serviços para o município.

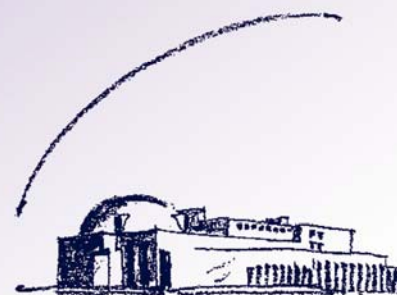
Áreas de Actividade Municipal

2

Estar Perto das Pessoas é procurar cada vez usar outros meios com mensagens fortes, dossiers apelativos, out-doors que cativem atenções, *mupies* e lonas que se destaquem dos demais, formas de comunicação que apelem à criatividade e à inovação. Privilegiamos a arte de informar os munícipes. É também nosso objectivo criar um canal de **TV indoor** para colocação no *front-office*, num projecto-piloto que poderá posteriormente ser estendido a outros serviços de atendimento ao público fora dos Paços do Concelho.



Auditoria e Modernização Administrativa



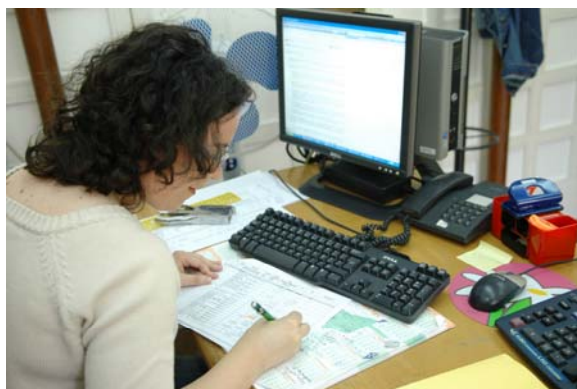
Matosinhos
Câmara Municipal

O Gabinete de Auditoria entrou em funcionamento durante o ano de 2006 com as funções de auditoria e controlo interno e gestora da qualidade da câmara municipal. Durante 2007 o gabinete deverá ser dotado dos meios humanos necessários à prossecução das suas funções de auditoria interna e acompanhamento dos projectos levados a cabo neste âmbito.

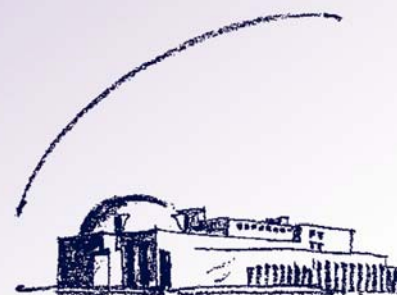
De realçar o importante objectivo de **certificação da qualidade** durante 2007 das Direcções Municipais de Administração do Território e de Tecnologias de Informação Modernização Administrativa e Manutenção bem como o departamento de Recursos Humanos. Além disso, será dado início ao processo de certificação dos restantes serviços municipais que será cumprido no decorrer do mandato.

Importa destacar a articulação do gabinete com a Direcção Municipal de Tecnologias de Informação já que muitas das medidas de simplificação de procedimentos, aumento da sua eficiência e monitorização dos seus indicadores passa pela utilização das novas tecnologias e o importante esforço que continuará a ser feito no desenvolvimento de aplicações de gestão.

Será também de salientar o acompanhamento, em articulação com a Direcção Municipal de Administração Geral e Finanças, da implementação do **sistema de contabilidade de custos** da autarquia.



Tecnologias de Informação



Matosinhos
Câmara Municipal

Uma das condições da democracia moderna é o acesso à informação por parte de todos os cidadãos. Assim sendo, as organizações têm como obrigação a criação e manutenção de condições de acesso às mesmas.

Mas hoje em dia as organizações que gerem o espaço público estão confrontadas com novos desafios que passam pelo registo e monitorização de intervenções, análise de informação, consulta de informação, gestão e produção de documentos, comunicação de projectos e divulgação de conteúdos. Deste modo, a **integração dos sistemas de gestão municipal com o sistemas de informação geográfica** assume cada vez maior relevância na preservação no registo das transformações que o espaço territorial.



Assim o esforço a fazer para o ano de 2007 foca-se na interoperabilidade das aplicações ena **implementação webservices** que permitirão abrir a porta para as aplicações de gestão de negócio por parte de outras ferramentas. Tal permitirá o desenvolvimento de aplicações acessíveis por Internet e mais amigáveis dos funcionários e dos munícipes.

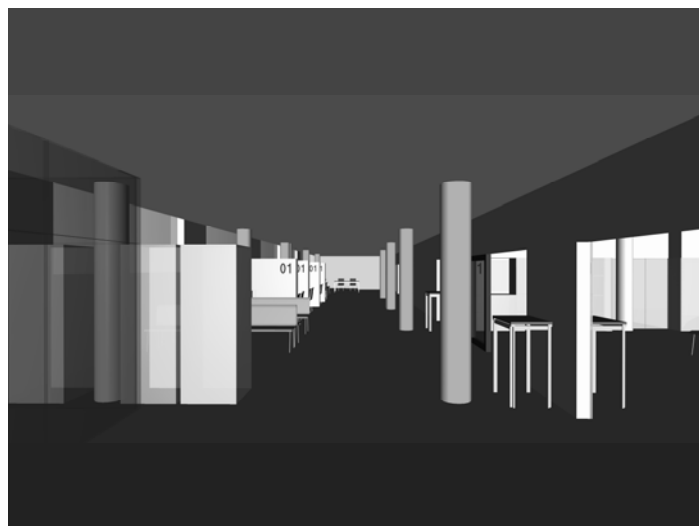
A entrada em pleno funcionamento da **gestão documental** e da **externalização do arquivo** permitirão uma melhoria acentuada dos procedimentos, uma maior preservação e partilha da informação, bem como a concentração da para o *core-business* da sua actividade, a gestão do espaço territorial e a promoção de condições de excelência para quem vive, trabalha, estuda e visita Matosinhos.



Áreas de Actividade Municipal

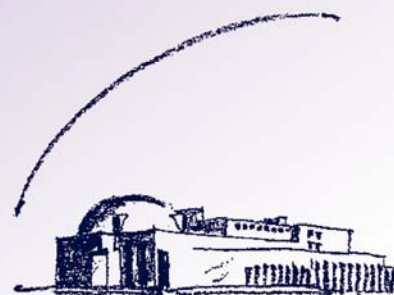
2

Dá-se, portanto, continuidade à revisão profunda do *modus operandi* dos serviços da Câmara e cujo fruto mais visível será o futuro **gabinete de atendimento ao munícipe**, igualmente designado por *Front-Office*. Esse projecto convocará muita da actividade desta área que não se extinguirá com a própria criação, pois novas oportunidades de melhoria se abrirão pelo acesso mais transversal do atendimento.



O ano de 2007 terá também como alteração fundamental a disponibilização de novos sistemas operativos quer a nível de servidor, quer a nível de posto de trabalho. As novas ferramentas serão colocadas nos utilizadores criando uma forte apetência pela reciclagem da formação dos colaboradores da autarquia. A introdução de normas ISO na documentação por parte da Comunidade Europeia vai também obrigar a um intenso esforço de adaptação das ferramentas à produções nesses formatos. O processo de renovação do parque de servidores será continuado em 2007.

Recursos Humanos



Matosinhos
Câmara Municipal

Áreas de Actividade Municipal

2

Atravessamos um momento de grandes mudanças ao nível de introdução de reformas na Administração Pública que, obviamente, se traduzem na gestão ao nível local. Apontamos, entre outros, o novo **sistema de avaliação de desempenho** que visa o desenvolvimento coerente e integrado de um modelo global de avaliação que constitua um instrumento estratégico para a criação de dinâmicas de mudança, de motivação profissional e de melhoria de Administração Pública.



Outra mudança não menos importante, decorre da crescente necessidade por parte do estado em controlar a despesa: também a este nível a política de recrutamento de pessoal está fortemente condicionada.

Sob estas condições, a gestão de recursos humanos tem um papel mais crítico que nunca no objectivo de atingir os resultados pretendidos: rapidez, flexibilidade e inovação são alcançáveis unicamente quando estratégias efectivas do capital humano suportam os objectivos da organização nomeadamente a prestação de um serviço público de qualidade.

O maior desafio ao nível dos recursos humanos para 2007 é o de acomodar e acolher os funcionários dos SMAS que optem por integrar os serviços da Câmara Municipal aquando da entrada em actividade da concessionária que explorará o sistema de abastecimento de água e saneamento municipal.

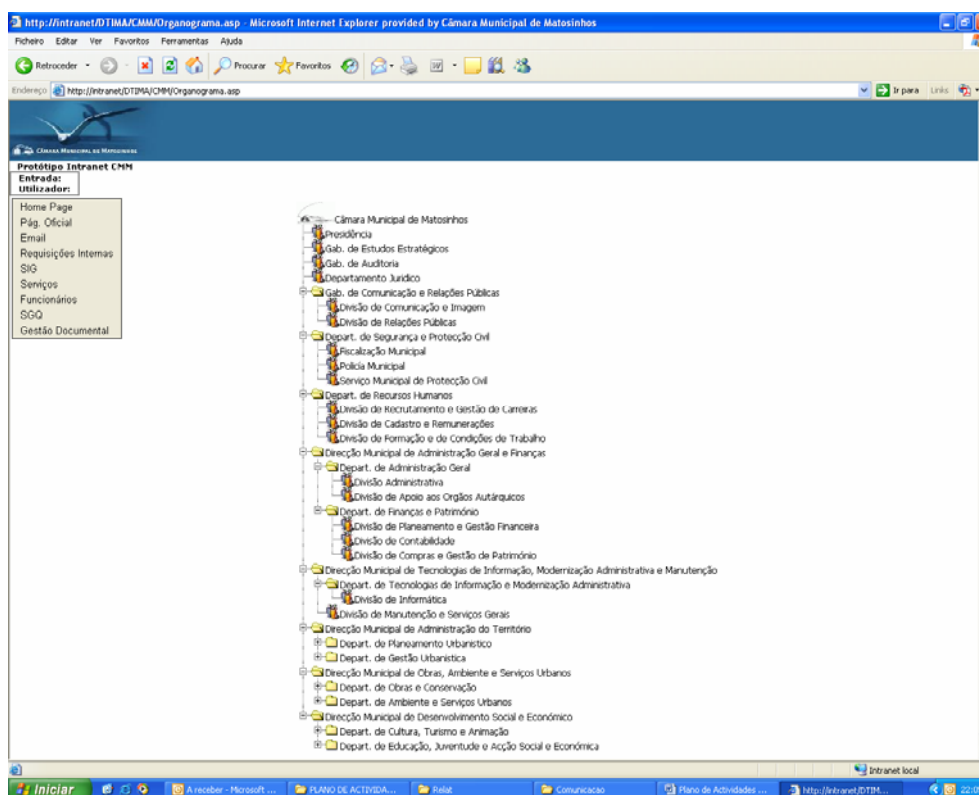


Áreas de Actividade Municipal

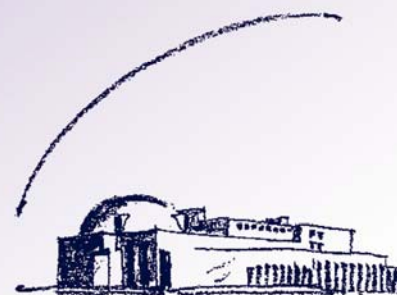
2

Nesse sentido, em 2007 propõe-se a realização do seguinte:

- revisão da Macroestrutura e respectivo quadro de pessoal, com vista a adaptá-lo ao futuro enquadramento legal e aos novos desafios;
- microestrutura ajustada à nova Macroestrutura e respectivo regulamento;
- elaboração e aprovação do regulamento interno referente ao processo de selecção de pessoal no âmbito do quadro de pessoal contratado por tempo indeterminado;
- organização do cadastro dos funcionários, através de um plano informático mais célere e simplificado, obtendo-se assim uma resposta mais atempada aos diferentes níveis de intervenção nesta área;
- aproveitar a *Intranet* para o acesso de todos os funcionários aos seus dados individuais decorrentes da relação jurídica de emprego público;
- melhoria do sistema de controlo de assiduidade e extensivo a todos os serviços.



Estudos Estratégicos



Matosinhos
Câmara Municipal

A gestão municipal é cada vez mais atravessada por fenómenos complexos cujo estudo carece de meios e técnicos qualificados e da implementação de rotinas de análise eficazes.

É, pois, prioritário para 2007 a entrada em funcionamento do **Sistema de Informação Local de Matosinhos**. Tal sistema permitirá a recolha, tratamento, sistematização e divulgação de informação estatística relevante sobre o município e a sua envolvente. Este instrumento permitirá por um lado agregar num único sistema toda a informação hoje e dia dispersa pelos diversos departamentos municipais bem como de serviços nacionais de divulgação estatística. De realçar, também, a integração com uma base de dados com todos os estudos conhecidos sobre o concelho nas mais diversas vertentes.

2007 será também o ano do arranque do **Plano de Desenvolvimento Estratégico e Sustentável do Concelho de Matosinhos** tendo como referencial metodológico a Agenda 21 Local onde um dos vectores fundamentais é o do envolvimento e participação agentes locais e da população em geral. Pretende-se a adesão em Matosinhos de uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável que constitua um efectivo instrumento de orientação para definição das políticas públicas municipais.

Os **estudos de âmbito concelhio** continuarão a ser fundamentais para a prossecução das políticas municipais pela valorização da informação de qualidade disponível sobre o concelho. De destacar o forte envolvimento da Universidade na produção de conhecimento nesta área. Serão concluídos os processos de elaboração da Carta de Ordenamento e Desenvolvimento Comercial do Concelho, dos Projectos de Desenvolvimento Integrado de Brito Capelo e da Rua Heróis de França e envolventes.



Em 2007 manter-se-à também a política de cooperação internacional através da manutenção e dinamização da participação do município em duas redes de cooperação europeia para a inovação e o desenvolvimento: o projecto SUDEST e o projecto IMAPS.



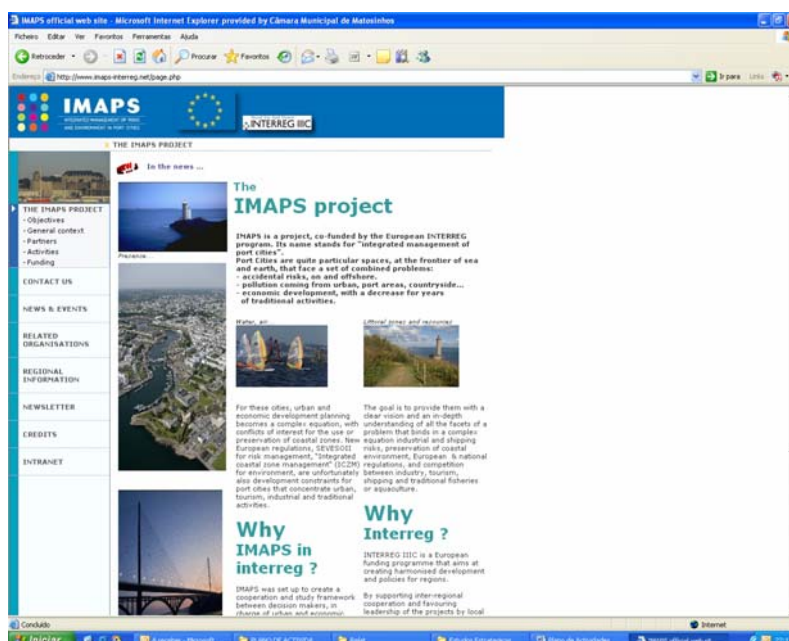
O projecto **SUDEST** () é um programa apoiado pela iniciativa comunitária URBACT aplicado à problemática da sustentabilidade ambiental e coesão social das cidades portuárias com o objectivo principal de analisar o processo de regeneração urbana dos espaços urbano-portuários, nas vertentes física, económico-social e dos instrumentos de gestão. O projecto com duração prevista até Março envolve as cidades portuárias de Nápoles e Livorno, em Itália, de Bastia e Le Havre, em França, de Istambul, na Turquia, bem como de Matosinhos e Porto (em parceria da CMM, da APDL, da Porto Vivo e da Faculdade de Arquitectura).

O projecto **IMAPS** (Gestão Integrada de Riscos e Factores Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável das Áreas Periféricas Portuárias), é uma iniciativa comunitária financiada pelo INTERREG IIIC que visa a criação e dinamização de uma rede europeia de cooperação no âmbito da gestão de riscos civis e ambientais nas zonas litorais e portuárias. A rede de cooperação envolve idades portuárias dos seguintes países: Portugal (representado pelo município de Matosinhos através da Câmara Municipal e pelo Instituto de

Áreas de Actividade Municipal

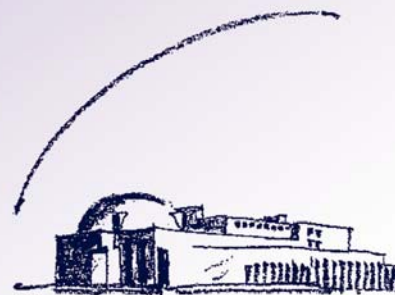
2

Águas da Região Norte); França (representada pela região de Brest, através da Comunidade Urbana de Brest, e que lidera o projecto, pelo Technopôle Brest Iroise e pelo Service Departmental Incendie et Secours di Finistère); Itália (representada pelo município de Tarento através da respectiva Câmara Municipal e da Autoridade Portuária); Roménia (representada pelo município de Constantza através da respectiva Câmara Municipal e da Universidade); Espanha (representada pela Província de Cadiz através do respectivo Governo Provincial e da Universidade); Inglaterra (representada pela Ilha de Wrigth através da respectiva Câmara Municipal).



Também durante 2007 o Gabinete de Estudos será dotado de mais competências ao nível dos Sistemas de Informação Geográfica, ferramenta fundamental de gestão municipal e que será através deste alargada a todos os domínios da acção municipal através do levantamento e cadastro de equipamentos e infra-estruturas e cruzamento com as bases de dados municipais nomeadamente ao nível do licenciamento e das taxas e licenças.

Educação e Ciência



Matosinhos
Câmara Municipal

O desenvolvimento das sociedades democráticas exige políticas educativas que contribuam para a valorização das pessoas, para a redução das desigualdades sociais e para o progresso humano.



Hoje, não é possível assegurar a democratização do acesso à educação sem, ao mesmo tempo, construir a qualidade das aprendizagens, é necessário considerarmos as pessoas concretas e não alunos ideais, centrarmo-nos nas escolas, investindo na mobilização das energias disponíveis e na diversidade, e agindo, com todos os parceiros, em projectos descentralizados e localmente relevantes.

Assim, a Autarquia aparece, por direito próprio, enquanto instância de maior influência e democraticidade a nível local, como o parceiro privilegiado no processo de decisão política e de administração da Educação.

A proximidade dos problemas do poder local constitui, na maior parte das situações, uma mais valia para encontrar uma resposta também local, mais adequada, permitindo aos seus munícipes/cidadãos influenciar e construir uma política de educação local, que passará por um reforço da autonomia das escolas, pela construção de uma rede local de parceiros educativos, ou seja, um projecto educativo local. Permite, ainda, a formação de estruturas de âmbito local, participativas, que coordenam a gestão de recursos humanos e materiais, actividades educativas e estabelecem protocolos de colaboração entre o Município e as escolas.

O Conselho Municipal de Educação é o exemplo de uma dessas estruturas locais, privilegiando a participação de todos os agentes educativos na definição e implementação de políticas educativas para o Concelho, articuladas com a Carta Educativa, nomeadamente no que se refere ao reordenamento da rede. Neste processo, queremos manter entre a Educação, a comunidade e o desenvolvimento local sustentado, uma ligação forte, que continuará a ser a nossa principal prioridade e estratégia em 2007, conjugando esforços no sentido de elaborar o “Projecto Educativo do Concelho de Matosinhos” que evidencie as orientações e intervenções a realizar.

Nesta perspectiva, e segundo uma lógica global dos recursos locais, as mudanças na Educação assumem uma importância fundamental na sociedade matosinhense. Trata-se de responder aos desafios da democratização e da qualidade, garantindo o acesso generalizado à Educação, a criação de condições para a promoção do sucesso educativo (prevenindo o abandono escolar precoce e o combate à exclusão).

Assim, em 2007, a Câmara Municipal continuará acompanhar o processo de construção e implementação dos projectos em que se assumiu como entidade promotora, nomeadamente no Programa de Generalização das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, reconhecendo-o como uma importante resposta educativa para a valorização da escola pública ao nível do 1º Ciclo do Ensino Básico, assim como um contributo fundamental para a efectivação do alargamento do horário das escolas do 1º Ciclo e para o estabelecimento de parcerias e protocolos com instituições do meio envolvente.

O projecto “Escola a Tempo Inteiro” visa criar uma dinâmica de transformação no concelho, ao nível dos Jardins-de-infância e das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico. Uma transformação que obriga a mudanças organizacionais diversas, entre as quais, novas actividades de carácter educativo a cargo de outros profissionais.



Facultar aos alunos uma escola a tempo inteiro é uma forma de proporcionar a todos um trabalho educativo mais rico e abrangente, favorecendo a formação diversificada e global dos alunos. De salientar o apoio que a Autarquia proporciona aos Jardins-de-infância, assegurando a todas as crianças aulas de Actividade Física e Desportiva e de Ensino da Música. Do mesmo modo a Autarquia vai colaborar activamente nos projectos educativos dos Agrupamentos de Matosinhos, Matosinhos Sul e Perafita, no âmbito do denominado “Projecto TEIP’s 2” (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária).

Outro objectivo será alargar o projecto preventivo “Promover o Sucesso Escolar na Aprendizagem da Leitura e Escrita”, identificando e intervindo precocemente nas dificuldades sentidas pelas crianças/alunos ao nível da leitura e escrita, na Educação Pré-Escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico.

O acompanhamento do reordenamento da rede escolar ao nível do 1º Ciclo do Ensino Básico e dos Jardins de Infância, bem como na renovação de espaços já existentes, com instalações cobertas para a prática da educação física e do desporto, de espaços para a instalação das cantinas, bibliotecas, centros de recursos, equipamentos informáticos e de novas tecnologias de informação e comunicação, que preparem os alunos para novas formas de aprendizagem na sociedade do conhecimento, dos quais salientamos as seguintes: EB1 de Santiago e Jardim de Infância nº 1, em Custóias, EB1/JI de Cabanelas, em Lavra, EB1 do Corpo Santo, em Leça da Palmeira, Escola de Música Óscar da Silva e EB1/JI da Biquinha, em Matosinhos, EB1 Padre Manuel Castro, em S. Mamede de Infesta e EB1/JI de Quatro Caminhos.



Ainda neste âmbito, na sequência do esforço que tem vindo a ser desenvolvido, e de acordo com as prioridades fixadas na Carta Educativa de Matosinhos, em fase de homologação com o Ministério da Educação, vão ser iniciados os processos de lançamento de novos equipamentos em Leça do Balio, Matosinhos e S. Mamede de Infesta, nomeadamente.

Pretende-se, também, ao longo deste ano, desenvolver um plano de formação, dirigido aos Auxiliares/Assistentes de Acção Educativa cujo processo não se resuma à mera modificação de procedimentos e atitudes, mas proporcione condições de desenvolvimento pessoal e profissional que possibilite uma maior capacidade de adaptação à realidade educativa; possibilite ainda, a construção de verdadeiras equipas colaborantes, nas relações que se estabelecem entre a escola e família, no desenvolvimento das actividades de animação e de acompanhamento da componente de apoio à família, a decorrerem nos Jardins de Infância e possam garantir o desenvolvimento de projectos educativos.



De acordo com as prioridades definidas pela Autarquia, a área da Educação Alimentar será alvo, em 2007, de particular atenção. Sendo a alimentação um factor ambiental essencial à promoção da saúde e estando relacionada com uma série de doenças crónico-degenerativas como o cancro, doenças cardiovasculares, diabetes e obesidade, torna-se imperativo desenvolver esforços, no sentido de promover uma ingestão alimentar saudável a nível local.

Nesta perspectiva as acções a desenvolver, estão relacionadas com os serviços de restauração em ambiente escolar, nomeadamente:

- Avaliação do serviço de refeições nos estabelecimentos de ensino (Escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância);
- Avaliação das ementas elaboradas pela empresa do serviço de refeições e elaboração de sugestões no sentido de melhorar as mesmas do ponto de vista da alimentação saudável e da adequação nutricional;
- Verificação do cumprimento das ementas;
- Verificação dos aspectos higio-sanitários e organização das cozinhas e despensas;

Ainda nesta linha de preocupações serão realizadas actividades relacionadas com a educação alimentar e promoção da saúde na comunidade escolar:

- Desenvolvimento de um programa de combate à obesidade infantil;
- Avaliação do estado nutricional das crianças através de pesagens, medição da estatura e outras medidas antropométricas;

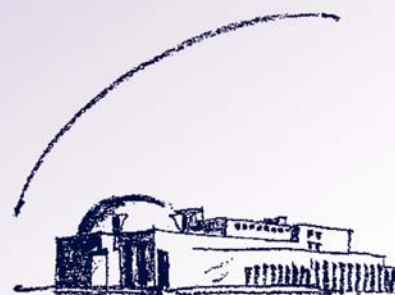


- Avaliação dos hábitos alimentares das crianças;
- Educação para a saúde e especialmente para a alimentação saudável, não só através da criação de hábitos alimentares saudáveis na ingestão efectuada em ambiente escolar, mas também através de um programa de educação adequado para aumentar os conhecimentos acerca da alimentação saudável;
- Sessões de sensibilização no âmbito da alimentação saudável destinadas aos professores, encarregados de educação e auxiliares de acção educativa em funções nas escolas;

Relativamente à Acção Social Escolar, continuar-se-à a expandir os apoios concedidos na aquisição de livros e outros materiais, nos transportes escolares e nas refeições.

Por último, dando continuidade ao projecto iniciado no ano de 2006 e no sentido de contribuir, à nossa escala, para a boa concretização do Programa de Valorização da Matemática instituído pelo Ministério da Educação, as escolas serão dotadas de materiais pedagógicos necessários à operacionalização de novas metodologias de trabalho nesta área.

Juventude e Voluntariado



Matosinhos
Câmara Municipal

JUVENTUDE

O conceito de Juventude actualiza-se à velocidade das mudanças sócio-económicas e culturais. O planeamento de estratégias de acção tem obrigatoriamente de ser alterado à luz das diferentes necessidades e desejos da população juvenil.

Tendo por base a tríade Formação, Informação, Animação, o plano de actividades para o ano de 2007 procura o equilíbrio saudável entre estas, tocando as grandes áreas de interesse para o incremento do desenvolvimento sustentado desta franja da população.

O objectivo é, essencialmente, a consolidação dos projectos existentes numa teia de relações interactiva e dinâmica em articulação com as estruturas pilares do concelho. No fundo, pretende-se reunir esforços de modo a intervir no indivíduo como um todo, respondendo às diversas problemáticas em questão.

As comemorações do 10º aniversário da Casa de Juventude de Matosinhos constituirão o momento alto que permitirá comprovar a solidez e a dinâmica que a política de juventude em Matosinhos apresenta.



Através dos Projectos de Intervenção Juvenil, poder-se-à trabalhar especificamente competências e necessidades ao nível da sexualidade (Centro de Atendimento a Jovens), do acompanhamento psicológico (Centro de Acompanhamento e Orientação Juvenil) e dos hábitos de vida saudáveis

(Clube da Saúde Juvenil) numa lógica de desenvolvimento pessoal e social. Além destes, prevê-se uma clara aposta no alargamento dos projectos ocupacionais com vista à dotação de um conjunto de competências que lhes permita uma integração favorável na conjuntura social actual. Destes fazem parte os projectos Aprender a Ser e o Just Girls, numa perspectiva de inculcação de diferentes mentalidades, objectivos e visões, construindo o sentido de cidadania mais ou menos alargado.

Neste âmbito, prossegue a aposta no Conselho Consultivo da Juventude, como um espaço de cidadania, onde é privilegiado o debate de ideias, troca de experiências e participação activa na definição da política de juventude. Este será também a rampa de lançamento para a redacção do Plano Municipal da Juventude que, através de um diagnóstico exaustivo e completo de necessidades, traçará as bases de actuação nesta área, assumindo, por sua vez, um papel inovador e de especial relevância. A criação de uma estrutura base que permita uma intervenção sustentada nesta área, permitirá dar respostas aos níveis pessoal, social e comunitário, num trabalho que se pretende que funcione em parceria com as demais instituições juvenis.



Também a ocupação dos tempos livres e a animação continuará a ser um dos investimentos deste Pelouro. Cientes da importância crescente que a educação não-formal e informal constitui na construção de identidades e desenvolvimento integral dos jovens, programaram-se acções lúdico-pedagógicas que envolvem áreas tão diversas como o desporto, a literatura, o cinema, as artes, entre outras, integradas no projecto da Casa dos Sonhos, numa óptica de abrir horizontes e divulgar saberes.

Outra das áreas prioritárias de intervenção tem sido a música. Com uma aposta crescente, diversificada e sustentada na área do Jazz, terá lugar a 11ª edição do Festival Internacional Matosinhos em Jazz, a Orquestra de Jazz de Matosinhos, com uma estrutura consolidada no panorama nacional, começa já a dar que falar em termos internacionais, e a restante programação que mais uma vez apostará na qualidade e na inovação com programas como o jazz sem barreiras, jazz do pai natal, jazz para todos, jazz desce à cidade e jazz vai à escola. A par deste estilo musical, não serão esquecidos estilos comerciais e emergentes como o hip hop, reggae, no Festival da Juventude.



Finalmente, importa salientar o reforço no apoio ao associativismo juvenil através do Incentivo às Iniciativas Jovens, continuando todo um trabalho de apoio à criatividade e autonomia juvenil.

Paralelamente, e fruto de um trabalho persistente, e inovador no País, estaremos em condições de prestar um serviço com mais qualidade aos jovens munícipes que se dirijam às Casas da Juventude, com o compromisso de empenho em exceder as necessidades e expectativas que estes apresentem, uma vez que será apresentado o pedido de Certificação da Qualidade através da norma ISO 9001:2000.

VOLUNTARIADO

Apesar de constituir um fenómeno social incontestável, a taxa de voluntariado em Portugal é muito baixa, comparativamente com outros países europeus. Esta realidade convive com indicadores sociais e económicos dos mais baixos da Comunidade Europeia, clamando por uma acção eficaz.



Na sociedade actual, reconhece-se o voluntariado como um importante contributo para o desenvolvimento social. O voluntariado assume um espaço próprio de actuação, situado numa linha de complementaridade do trabalho profissional e/ou como forma de ocupar os tempos livres.

No geral, o voluntariado existe, de forma desorganizada e dispersa. Face às exigências actuais do importante papel que exerce nas mais diversas instituições de serviço à comunidade, verifica-se que o empenhamento de tantos é pouco produtivo e a vontade de muitos de se tornarem voluntários não é devidamente orientada e acarinhada.

Na sequência destas reflexões, entendeu a Câmara Municipal impulsionar a sociedade civil no sentido de construir, de forma organizada e sustentada, sem perda das dinâmicas e do trabalho produzido pelas diferentes instituições, uma estrutura com a definição de linhas orientadoras da acção voluntária, que permitam o acolhimento e dinamização das várias organizações que promovem o voluntariado, nas diversas áreas de intervenção, no sentido da convergência

Áreas de Actividade Municipal

2

de metodologias, capitalizando a posição privilegiada e o know-how que cada uma possui, dando a conhecer as boas práticas e casos de sucesso.

No próximo ano, com base no programa VEM – Voluntariado Em Matosinhos, a aposta será direccionada para o incentivo à criação de



programas de acção nesta área, surgindo como uma oportunidade de integração, congregação e divulgação destas práticas, ou seja, constitui o reconhecimento do trabalho realizado.



Será potenciada a intervenção deste pelouro, através da criação da bolsa de voluntários que funcionará como um espaço de encontro entre pessoas que expressam a sua disponibilidade para serem voluntárias e entidades promotoras de voluntariado e de instituições; realizado o manual de procedimentos e prestada a formação inicial aos gestores de voluntariado e aos próprios voluntários.

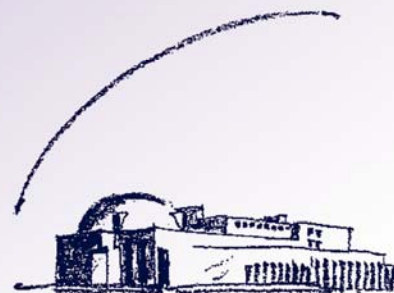
Paralelamente serão estabelecidos os contactos necessários para alargar e difundir o trabalho em rede com as diferentes instituições com intervenção local e nacional nesta área.

Com o propósito de estimular o espírito voluntário dos funcionários, será ainda estimulada a possibilidade para facilitar a sua actuação nessa área.

Reforçar e apoiar projectos nas mais variadas áreas de intervenção, surge como o mote, já que se considera que o voluntariado deve ser transversal e permitir o inter-relacionamento de diferentes áreas de acção, de modo a abranger todos aqueles que valorizem a participação cívica e se disponibilizem para exercer voluntariado de um modo consciente, fundamentado e responsável.

Servir com inteligência é muito mais do que dar o peixe ou ensinar a pescar; é ensinar a pensar, a resolver problemas próprios e colectivos, a trabalhar em conjunto, a construir o futuro.

Acção Social e Saúde



Matosinhos
Câmara Municipal

De acordo com a tipologia da população do Concelho de Matosinhos e dadas as características sociologicamente conhecidas do crescimento urbano em que a pobreza e exclusão se acentuam, a DASS organiza a sua intervenção de acordo com as dimensões de vulnerabilidade que se constituem como factores de exclusão social e que definem, simultaneamente, o perfil de uma intervenção integrada e sustentada na rede de parceiros que directamente actuam nestas problemáticas.

A Proposta de trabalho a desenvolver pela DASS no ano de 2007, destaca as principais dimensões de intervenção – Emprego, Educação, Habitação, Saúde, Equipamentos Sociais – definidas no PDS - Plano de Desenvolvimento Social (elaborado com base nos resultados do Diagnóstico Social do Concelho) e enquadradas pelas Grandes Opções do Plano.



Para além de apostar em dotar o Concelho de infra-estruturas de apoio social, pretende-se também investir na manutenção e alargamento das parcerias com outras entidades da sociedade civil, aproveitando eficazmente as potencialidades e os recursos locais, na perspectiva de que o “trabalho em rede” permite multiplicar a eficácia de todos os intervenientes.

Neste sentido, foi necessário identificar estratégias de intervenção que correspondem a orientações metodológicas que todas as acções a implementar devem seguir.



Das estratégias identificadas salienta-se:

- Responsabilização de todos os actores – esta é uma orientação da Rede Social que apoia a sua constituição numa parceria forte e dinamizadora dos recursos locais. Também está presente o princípio da subsidiariedade que prevê a mobilização de todos os recursos locais para a resolução de problemas locais, antes de passar para outro nível de resposta.
- Integração – implica uma forte coordenação entre diferentes entidades para que o resultado da sua actuação conjunta consiga assegurar os percursos de inserção das populações mais desfavorecidas, sendo mais que o somatório das partes.
- Territorialização – este princípio está quase garantido pela criação das Comissões sociais de Freguesia pois obriga a uma grande proximidade com a população local e seus problemas e necessidades.
- Intervenção com base em Diagnóstico – Implica centralizar a actuação naquilo que são as pessoas, utentes, comunidades e seus problemas, potencialidades e expectativas. Impõe prosseguir um trabalho de planificação constante das actividades em que a pergunta central deve ser “a que problema se pretende responder?”. De salientar a importância da criação de um Observatório Social Local que permite aceder a toda a informação necessária a este tipo de intervenção.
- Articulação com outros instrumentos de planeamento - Necessidade de estabelecer uma coerência entre a actuação local e os objectivos definidos a nível nacional, para diferentes áreas. Articulação directa com as prioridades e metas estabelecidas em instrumentos de planeamento, nomeadamente: o Plano Nacional de Acção para a Inclusão, o Plano Nacional de Emprego, o Plano Nacional para a Igualdade, o Plano Nacional de Combate do Abandono Escolar e o Plano Nacional de Saúde.



Rede Social

Para o ano de 2007, o Conselho Local de Acção Social dará continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito da Rede Social, nomeadamente: o acompanhamento das 10 Comissões Sociais de Freguesia; realização de dois Plenários; reuniões quinzenais do Núcleo Executivo, a avaliação das acções do PDS relativas ao ano de 2006; emissão de pareceres no âmbito dos equipamentos e serviços sociais, análise de propostas, sobre projectos a implementar no Concelho, bem como um Estudo sobre os Idosos efectuado pela assessoria da Rede Social – CESIS (Centro de Estudos de Intervenção Social).



No sentido de responder ao problema identificado no decorrer da elaboração do Plano de Acção Anual do Núcleo Executivo, “Distância” entre a Rede e os equipamentos, prevê-se a realização de Workshops nas áreas da infância e deficiência. Desta forma, pretende-se diagnosticar a qualidade dos serviços prestados pelas Instituições com intervenção nas referidas áreas e definir um plano para a qualificação da intervenção.

Ainda no âmbito do trabalho a realizar pela Rede Social, será realizada formação sobre o Atendimento Integrado, dirigida a técnicos que integram e aos que vão integrar esta nova metodologia de intervenção. Foi, ainda, proposto formação aos técnicos das instituições concelhias e respectivas direcções que possuam equipamentos nas áreas da infância, deficiência e envelhecimento.

Equipamentos e Serviços Sociais

Com vista a aumentar a capacidade de resposta dos equipamentos e serviços sociais, a DASS manterá o apoio prestado às instituições que intervêm nas diferentes áreas – infância, deficiência e 3ª idade, através da atribuição de subsídios para a realização de actividades, cedência, construção, remodelação e ampliação de instalações.



Este apoio permite, no que diz respeito à infância, garantir e estimular o desenvolvimento físico e intelectual das crianças permitindo a conciliação entre a vida familiar e profissional dos pais.

No que concerne à deficiência promove a melhoria dos meios e serviços prestados pelas instituições.

Relativamente à terceira idade, permite assegurar a qualidade do atendimento prestado por cada Instituição, considerando em primeiro lugar a satisfação das necessidades básicas da pessoa idosa e, num segundo plano, a promoção da saúde no idoso através de um conjunto de actividades que, incentivando-os ao exercício físico e mental, promovem o bem estar bio-psico-emocional e social.

Realça-se, ainda, a continuidade do Cartão MATOSINHOSénior que possibilita o acesso a iniciativas do município, tais como: Natal, passeio do idoso, colónias balneares, actividades regulares de estimulação e de convívio, hidroginástica.



Para além do apoio referido continuar-se-á a apostar no apoio às instituições locais através da sua qualificação e das suas trabalhadoras e trabalhadores que se traduz nos programas de formação, em áreas específicas, e no acompanhamento das entidades ao nível da implementação do Plano de Acção que concretiza as intenções do Plano de Desenvolvimento Social.

Saúde

A política da Autarquia no âmbito da Saúde tem sido de parceria com a Unidade Local de Saúde, pese embora a competência para promover acções neste domínio seja da responsabilidade da Administração Central.



Ao longo dos anos tem-se procurado colaborar de forma a criar uma rede de equipamentos de cuidados de saúde, designadamente através da disponibilização de edifícios e terrenos, bem como no desenvolvimento de projectos.

A Autarquia tem, ainda em curso um conjunto de programas que desenvolve em parceria com diversas entidades da área, nomeadamente com a ULS de Matosinhos, a Liga Portuguesa Contra o Cancro e o Projecto Auto-Estima.

Ainda, nesta área, destaca-se, como prioridade para o ano de 2007, a implementação do Plano Municipal da Saúde. Este é um instrumento orientador das principais linhas de actuação Municipal, no domínio da prevenção da doença e promoção da Saúde. Consubstanciado nas directivas do Plano Nacional de Saúde (2004-2010), a criação deste Plano surge da necessidade de estruturar um conjunto de respostas, que de forma integrada e transversal, potencia os recursos e as acções já implementadas no concelho, bem como permite a criação de condições necessárias ao desenvolvimento de novas respostas fundamentais para a melhoria dos níveis de Saúde e qualidade de vida das populações. Estruturado de acordo com as áreas de Saúde que necessitam de maior intervenção, o Plano define o estabelecimento de um conjunto de parcerias entre a CMM e diversas entidades, de modo a que em conjunto seja possível tornar a saúde mais acessível a todos.

Uma das prioridades da autarquia para o ano 2007 é o de, em articulação com a ULS, EPE desencadear o processo com vista à construção de dois novos equipamentos de cuidados de saúde primários, um que servirá as populações de Leça do Balio/Custóias e outro as de Perafita /Santa Cruz do Bispo.

Outra área prioritária de intervenção da Câmara são as toxicodependências,



prevendo-se a continuidade do trabalho realizado no âmbito do Plano Municipal de Prevenção do Uso/ Abuso de Drogas do qual se destaca o Projecto Metas, cujo objectivo é a redução de riscos e minimização de danos que se enquadra na prevenção primária. O plano abrange, também, a edição do Estudo, efectuado pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, sobre o alcoolismo que retrata a realidade concelhia nesta área e permitirá definir estratégias de intervenção.

Situações de Risco

No domínio das situações de risco a prioridade da Autarquia incide na Comissão de protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Matosinhos (CPCJ-M) e no trabalho de parceria com a ADEIMA.



No que diz respeito à primeira, a Autarquia apoiará e acompanhará de perto o trabalho desenvolvido relativamente às problemáticas de intervenção, nomeadamente os problemas familiares, a negligência, o absentismo e abandono escolar precoce.

Em relação ao trabalho de parceria com a ADEIMA este pautar-se-á pela continuidade dos projectos de intervenção social, nos domínios considerados prioritários, como sejam: a formação, a empregabilidade, educação, acção social, em população sinalizada como sendo carenciada e vulnerável.

No âmbito do Protocolo de Cooperação estabelecido entre a Autarquia de Matosinhos e o Instituto de Reinserção Social (IRS), para a colocação de cidadãos em cumprimento de medidas de Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade (TFC), a Câmara colocará os arguidos em diversos serviços da Autarquia.



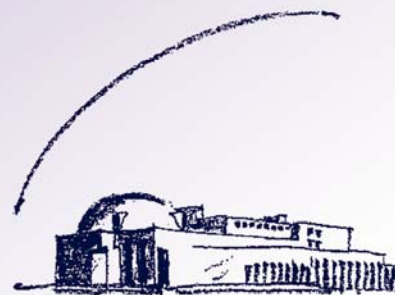
Atendimento Integrado

O Atendimento Integrado visa aumentar a capacidade e a eficácia da intervenção da(s) rede(s) de parceiros já existentes através da criação/sustentação de uma plataforma de coordenação de acções com vista a uma abordagem integrada junto dos públicos desfavorecidos, concorrendo-se, desta forma, para a procura de novas metodologias de trabalho que apostem na flexibilidade e não na fragmentação de respostas. Pretende-se que as famílias que recorrem ao atendimento não tenham que se dirigir a diversos serviços sociais e que não haja uma sobreposição de intervenções e um desgaste de recursos humanos, criando respostas coerentes, articuladas e mais céleres.

No ano de 2007 será dada continuidade à disseminação desta nova metodologia de intervenção por todo o país prevendo-se ainda dentro do próprio Concelho de Matosinhos a abertura de novos pólos de atendimento.



Apoio às Actividades Económicas



Matosinhos
Câmara Municipal

Perceber as dinâmicas e as correlações entre o desenvolvimento local e o funcionamento e a competitividade das empresas, principalmente das micro e das pequenas e médias empresas, em contraponto à globalização e aos fenómenos organizacionais que tem gerado, tem sido um longo trajecto que tem feito emergir um grande interesse das autarquias em perceber os processos que lhes estão subjacentes.

Definidas as linhas estratégicas de apoio às actividades económicas e que passam muito pela imagem de um concelho de base tecnológica, empreendedor e com recursos humanos qualificados muita da atenção da autarquia nesta área terá de passar pelo apoio à competitividade das nossas empresas, no fomento do empreendedorismo e pela qualificação dos seus recursos humanos. A abertura Loja do Emprego e do Gabinete do Empreendedor tornaram-se em duas estruturas basilares dentro desta estratégia, com missões muito bem definidas.

Matosinhos pela sua localização e infraestruturais tem um grande potencial para se transformar numa janela de oportunidades, num espaço e num contexto extremamente competitivo, elemento preponderante da atracção de investimento empresarial e fixação de novas empresas, mas também para a renovação, internacionalização e modernização do seu tecido produtivo.

A estratégia passa por uma política activa de promoção do empreendedorismo em parceria com as associações do sector e com a banca, e pela atracção contínua de novos investimentos públicos e privados capazes de manter o ritmo permanente de dinamização económica. Os projectos de desenvolvimento integrado de Brito Capelo, heróis de França e envolventes são disso um bom exemplo mas também a requalificação do próprio mercado Municipal de Matosinhos e pela busca de novas funções para o Mercado de Angeiras capazes de potenciar ainda mais o seu uso.

O Mercado de Matosinhos está integrado, enquanto pólo emblemático e referencial, num conjunto duma intervenção mais ampla de revitalização urbanística e comercial do centro histórico da cidade. Assim, em 2006 foi iniciado o processo



Áreas de Actividade Municipal

2

de concurso público para obras de recuperação e remodelação da sua estrutura, assim como redimensionados os seus espaços e *layout*, projecto que se pretende inovador e integrador.

A sua modernização e competitividade comercial passa por o tornar mais atractivo, de fazer a afirmação dos produtos locais do sector primário do concelho, criando uma imagem de qualidade, a diversificação de serviços e a adequação do seu funcionamento às actuais realidades comerciais.

O Mercado Municipal da Praia de Angeiras tem todas as condições para se assumir como um espaço comercial de excelência local com muitas potencialidades, realçando-se a imagem de marca do peixe fresco com forte ligação e identidade com a comunidade local; assim como, situando-se numa freguesia limítrofe, poderá transformar-se num pólo de desenvolvimento local.



CIAC

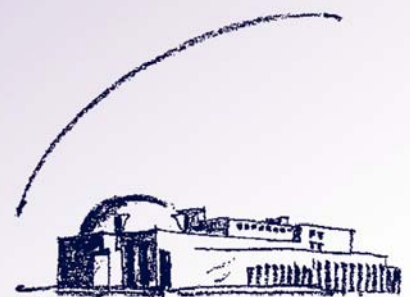


A defesa do consumidor é uma das áreas nobres na construção duma cidadania activa no concelho. A entrada em funcionamento do CIAC na Rua Brito Capelo para o funcionamento dos serviços e do Tribunal Arbitral, aparece

como um processo para descentralizar os serviços e procurar responder com mais qualidade na mediação dos conflitos de consumo junto da principal artéria comercial do concelho.

Parece-nos ainda necessária uma maior aposta na formação/ informação dos consumidores utilizando mais e melhor recursos que as novas tecnologias da informação disponibilizam para o desenvolvimento duma estrutura municipal de informação dos munícipes.

Turismo



Matosinhos
Câmara Municipal

Áreas de Actividade Municipal

2

Matosinhos turístico é incontornavelmente gastronomia, arquitectura contemporânea, a imensa costa marítima. Estes são os inevitáveis produtos turísticos, muitos são os demais encantamentos.

Da gastronomia, poder-se-à dizer que é a âncora. À beira mar, há ruas inteiras de restaurantes e mesas sempre cheias. É o turismo de vizinhança. O Norte faz de Matosinhos o local dos tempos felizes, de todas as celebrações. Vêm almoçar,



jantar, e voltam para um concerto, uma conferência, para a prática de um desporto, um serviço educativo do museu, da novíssima e versátil Biblioteca Florbela Espanca. Descobrem os demais encantamentos. Esta foi a factualidade que inspirou a Festa do Mar em que três intervenientes: a gastronomia, as colectividades culturais e recreativas do concelho e o Turismo – elemento organizador e aglutinador - conjugaram vontades e defenderam interesses individuais e potenciaram os colectivos. Outras festas sob esta génese e esta filosofia se seguirão. As ideias mais simples são as que resultam melhor.



Da arquitectura contemporânea, dever-se-à fatalmente falar de Álvaro Siza cujos laços a Matosinhos são fortíssimos. Desde logo ao nível das emoções: Álvaro Siza nasceu em Matosinhos, as suas primeiras memórias têm forçosamente o recorte, o aroma, os sons da sua cidade. Matosinhos foi deveras inspirador. Matosinhos guarda ciosamente as obras de Siza, as da sua juventude, ícones da arquitectura mundial, monumentos nacionais: a Casa de Chá da Boa Nova, a Piscina das Marés. Uma e outra construídas entre as rochas, não fossem – diria ao tempo o seu Autor – quebrar a vista da linha do mar. É o turismo que

Áreas de Actividade Municipal

2

vem de perto e vem de muito longe, que atravessa o mar para ver as mais emblemáticas obras do Mestre, mas também as de Fernando Távora, Alcino Soutinho, Souto Moura.



A costa marítima retém a tradicional capacidade de atracção, complementada pela prática de inúmeras actividades de mar e de praia que devem ser trabalhadas e encaradas como turismos a desenvolver.



As peregrinações, as festas populares, o turismo sénior e turismo religioso têm um potencial que está a ser objecto de uma outra atenção, em que os monumentos têm um papel importante. Um exemplo deste turismo são as recriações históricas que este ano regressarão em força. No ano transacto, experiências deste cariz foram casos de sucesso, assim como a presença do Turismo de Matosinhos em certames nacionais e internacionais.

2007 é pois uma no repleto de novos desafios nesta área. O ano será marcado pela entrada em funcionamento de um novo posto de Turismo na marginal de Leça da Palmeira e pela adaptação do de Matosinhos. São novas montras, em

Áreas de Actividade Municipal

2

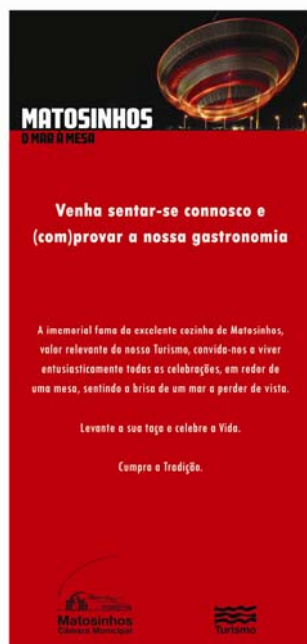
locais de novas centralidades e promovendo as várias vertentes turísticas e acolhendo os que nos visitam.

Mas o ano ficará também marcado por novos desafios. Desde logo, o **apoio a infra-estruturas turísticas**

que será marcado essencialmente ao nível das infra-estruturas da Marina de Leça fundamentais para a realização do campeonato do mundo de *snipes* por alturas do verão. Mas



também o relançar da projecto de Siza Vieira do **restaurante da Piscina das Marés**, peça que fechará a intervenção do arquitecto na sua marginal, na sua praia, piscina e casa de chá. Também pela perspectiva de relançamento do projecto de Eduardo Souto Moura para os **equipamentos a instalar na Marginal de Matosinhos** que farão o fecho da intervenção já efectuada.



Também pelo aprofundar da **marca turística** “Matosinhos – o mar à mesa” com uma campanha promocional em todo o país e com a criação de novas marcas para outros produtos onde desde logo aparecem à cabeça a arquitectura e os desportos náuticos. Neste sentido será também alargado temporalmente e a novas ruas o evento da Festa do Mar onde se fará uma nova aposta de melhoria das infra-estruturas pelas medidas de qualificação da Quadra Marítima que estão a ser estudadas com a Universidade do Porto (nomeadamente ao nível das esplanadas e do espaço público).

Áreas de Actividade Municipal

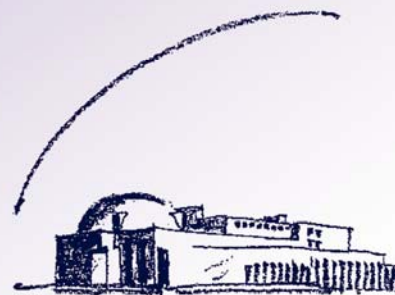
2

Também pela aprofundar da ideia e o procurar de parcerias para estabelecer em Matosinhos uma **Escola de Hotelaria** fundamental para a formação de recursos humanos qualificados para o sector da hotelaria e restauração do concelho e da região.

Ao nível da promoção do destino, depois da participação do concelho na ExpoGaliza em Novembro passado, o próximo ano será marcado pela participação em diversas feiras de turismo nacionais e espanholas - os mercados definidos como prioritários para a captação de turistas para o mandato - e será também aproveitada a entrada em funcionamento das rotas de aviação de baixo custo para Madrid e Barcelona para o aeroporto Francisco Sá Carneiro.



Cultura e Animação



Matosinhos
Câmara Municipal

A importância da actividade cultural e da criação artística deverá ser, cada vez mais, estruturante na definição das políticas autárquicas, uma vez que, entre outros factores, nos encontramos perante um vector essencial na afirmação das comunidades. Por outro lado, e como confirmou um recente estudo da Comunidade Europeia, a Cultura é o principal sector económico da Europa, responsável por um volume de negócios superior a qualquer outro sector e envolvendo um crescente número de profissionais e consumidores. O papel da promoção e animação cultural e da salvaguarda e valorização do Património Histórico são, igualmente, factores essenciais na melhoria da Qualidade de Vida das Populações. Por fim, e não menos relevante, é inegável a importância da dinamização e da criação cultural como alicerces da Liberdade e da Democracia.

Consciente destas realidades, e destes desafios e oportunidades, a Autarquia de Matosinhos prosseguirá a política coerente, sustentada e estruturada que vem desenvolvendo há já largos anos e que nos alcandorou a uma posição ímpar no panorama cultural da Grande Área Metropolitana do Porto.



Fidelizar públicos, democratizar o acesso às práticas culturais, procurar novas franjas de público eis algumas das linhas de força que orientarão o nosso Plano, neste sector, durante o ano. Sem esquecer, obviamente, a afirmação da “vocação” cultural do concelho, assumindo claramente uma programação

destinada ao público metropolitano. Com efeito, há muito que Matosinhos rompeu as suas barreiras fronteiriças e não tem uma programação e/ou complexos paroquiais, não obstante estar particularmente atenta e preocupada com os seus criadores e agentes culturais locais – associações, empresas, artistas individuais...



Não obstante uma preocupação central no reforçar da política coerente que vem desenvolvendo, a Autarquia de Matosinhos procurará, em 2007, iniciar ou alicerçar de um modo ainda mais evidente alguns projectos estruturantes. Assim, entre outros, iniciar-se-ão as

obras de reabilitação do histórico cine-teatro Constantino Nery que, por algumas das suas características arquitectónicas e cénicas, se tornará num espaço de espectáculos único no Norte do país; decorrente do concurso lançado no final de 2006 será definitivamente criado o Quarteto de Cordas de Matosinhos – “Boa Nova”; o Museu Municipal da Quinta de Santiago será objecto, ao fim de dez anos de intensa actividade, de profundas obras de conservação e



restauro, incluindo a adaptação da antiga cavaleriça a um auditório e espaço multiusos; iniciar-se-ão, igualmente, num edifício recentemente adquirido à família, as obras de adaptação no imóvel que albergará o Centro de Documentação Álvaro Siza (embrião do futuro Museu da Arquitectura



Contemporânea Portuguesa); o projecto “Salve a Língua de Camões” será reforçado estreitando as ligações aos parceiros brasileiros e cabo-verdianos; iniciar-se-á, também, o processo conducente ao restauro, urgente, da Imagem do Bom Jesus de

Matosinhos através da promoção de um encontro de especialistas e de um

debate público, bem assim como através da produção de uma réplica daquela histórica escultura; concluir-se-á a mudança e instalação, e posterior abertura ao público, nas suas novas instalações, do Arquivo Histórico Municipal.

Além destes programas estruturantes, outros novos projectos serão lançados neste ano:

arranque de uma parceria aprofundada com Escola Superior de Arte e Design em torno de um Concurso Internacional de Design/Ilustração; realização, em colaboração com a Universidade do Porto, de um congresso internacional sobre serviços educativos em Museus de Arte; as recriações históricas terão também um lugar de destaque ao longo do ano, com destaque para o assinalar dos 175 anos do Desembarque da Memória e do mundo vivência medieval em torno do Mosteiro de Leça do Balio e da Ordem dos Hospitalários; a estas recriações estarão associadas outras iniciativas: congressos, conferências, edições de livros e brochuras/roteiros turístico-culturais.



Áreas de Actividade Municipal

2

Entretanto, e entre os projectos/programas/actividades em continuidade, deverá salientar as exposições na Galeria Municipal (que continuará a albergar



destacados nomes do panorama artístico nacional), assentando em parcerias com instituições de reconhecidos créditos (Fundação de Serralves, Cooperativa Árvore, Fundação Júlio Pomar, Universidade do Porto, Fundação Mário Soares,

Misericórdia de Matosinhos). As artes plásticas, área onde a Autarquia tem igualmente grande tradição, não se “esgotarão” na Galeria Municipal, uma vez que se utilizarão e potenciarão outros espaços (Galeria Nave, Galeria Arménio Losa, Galeria/Auditório Infante D. Henrique, este em parceria com APDL). De igual modo se deverá salientar a preocupação em fazer assentar a programação expositiva numa diversidade de expressões plásticas e artísticas (pintura, escultura, fotografia, arte sacra... esta última integrada no programa das comemorações dos 400 anos da Misericórdia de Matosinhos). A aposta em nomes consagrados não deverá impedir a divulgação de valores emergentes e a aposta em novos criadores. Assim, além de alguns nomes individuais, promover-se-á a 5ª edição da colectiva “Jovens Escultores”, serão concretizados alguns dos produtos de merchandising dos espaços culturais da Autarquia idealizados por alunos da ESAD, e realizar-se-á a 2ª edição do “Dancem Todos” envolvendo as escolas de dança do concelho.



Prosseguir-se-á a política regular de edições, próprias algumas, mas procurando sempre que possível estabelecer parcerias com editoras comerciais, uma vez que a experiência vem revelando tratar-se da melhor metodologia para divulgar e distribuir as nossas edições a larga escala.

O balanço bastante positivo de um ano de existência aconselha reforçar o projecto “Rede de Museus de Matosinhos”, através de um maior apoio técnico aos espaços museológicos existentes no concelho, proporcionando, nomeadamente, uma participação mais activa dos Serviços Educativos da Autarquia na dinamização e abertura pública desses espaços.

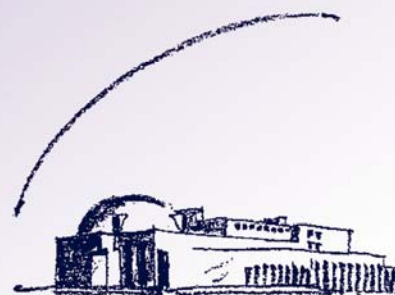
Obviamente irá prosseguir e, sempre que possível, serão potencializadas actividades que, pelo seu impacto público e indiscutível qualidade, são já referência obrigatória da programação cultural de Matosinhos e do país. Caso do Encontro Internacional de Literatura em Viagem, da Festa da Poesia, do Festival de Jazz de Matosinhos, e dos Ciclos de Música Clássica.



Cativar um maior número de leitores na Biblioteca Municipal Florbela Espanca e nos projectos de promoção do livro e leitura (de que são exemplo paradigmáticos as “Bibliotecas de Praia e o Bibliomóvel) é outro dos objectivos do Plano de Actividades da Cultura para 2007.



Gestão Urbanística e Ordenamento do Território



Matosinhos
Câmara Municipal

A gestão urbanística é uma função autárquica de operacionalização dos conceitos e orientações de enquadramento urbanístico e de regulação de todas as acções que tenham como objectivo urbanizar e construir. A partir desta ideia síntese considera-se imprescindível que 2007 se confirme como o ano da viragem para um novo sistema de gestão do território, desde a mais simples reforma do universo administrativo até à mais vasta e complexa adaptação dos velhos conceitos de planeamento aos novos desafios da cidade contemporânea.

Para cumprir estes objectivos propõe-se para 2007:

Implementar um conjunto de medidas com vista à modernização administrativa, a saber:



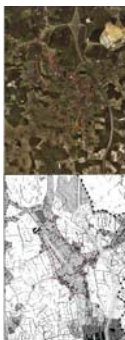
- concretização do front-office de atendimento público;
- início da digitalização do arquivo, com criação de base de dados de consulta imediata e universal;
- Libertação de funcionários administrativos para tarefas de apoio efectivo aos Serviços Técnicos;
- Conclusão do sistema normativo e de fluxograma funcional de toda a Direcção Municipal e certificação com a norma ISSO 9001.

Concluir a revisão e actualização do Regulamento de Urbanização e Edificação, em vigor desde 25 de Setembro de 2005, em alguns conceitos que a experiência comprovou estarem desajustados da realidade.

Concluir a adjudicação ao exterior do sistema de inspecção e certificação periódica de instalações de combustíveis e de equipamentos electromecânicos.

Discutir cada um dos projectos de iniciativa privada como se tratasse “do projecto mais importante do mundo”; exigir dos promotores e dos técnicos subscritores maiores responsabilização pelas opções construtivas,

arquitectónicas e urbanísticas propostas; contrariar a tendência dos promotores de resumir a sua proposta à propriedade que detêm sem qualquer esforço de parceria com os proprietários vizinhos, motivando-os a compreender a cidade como um todo e não como um somatório de partes; em resumo, praticar o acto de gestão urbanística não como uma simples aplicação de normas e regulamentos, mas acima de tudo como uma “missão” da Câmara junto dos promotores privados com vista à construção de um território qualificado.



Concluir os Planos de Urbanização para o “Novo Centro Urbano de Cabanelas”, para a “Envolvente à Rua de Recarei em Leça do Balio” e para a “Envolvente à Quinta de Santo António” em S. Mamede de Infesta, entretanto adjudicados.

Colaborar com o Município do Porto para a conclusão do projecto da velha estrada da Circunvalação, transformando-a numa nova alameda urbana, anulando o seu carácter de fronteira e adaptando-a aos novos conceitos de entendimento do território, conforme se destaca das propostas entretanto apresentadas e que se encontram em análise conjunta.

Implementar o projecto de revitalização do Vale do Leça, introduzindo-lhe funções e equipamentos de carácter lúdico e cultural diversificando assim os tipos de ocupação dos tempos livres.

Conquistar bolsas verdes para as áreas de maior pressão urbanística, transformando-as em espaços de uso público.

Promover a concentração de micro-indústrias dispersas um pouco por todo o Concelho em pequenas bolsas de terrenos especificamente vocacionados para o efeito de modo a evitar a conflitualidade existente entre os usos de habitação e indústria.

Áreas de Actividade Municipal

2

Redesenhar algumas das vias municipais que hoje, depois da abertura do IP4, deixaram de estar saturadas por um tráfego que não diz respeito às comunidades locais, podendo por isso retomar o seu carácter de “rua urbana” com espaços dedicados aos automóveis, aos transportes públicos, aos peões, ao comércio e aos espaços de lazer e de estar, isto é, retomar o carácter de rua como espaço público de todos e de acessibilidade de vizinhança.

Encontrar soluções para um verdadeiro restabelecimento funcional entre algumas zonas que se encontram a norte e a sul do IP4 e que ficaram privadas da relação de proximidade que efectivamente tinham, devendo a Câmara estar atenta às alterações de hábitos decorrentes destas novas acessibilidades, que poderão exigir por exemplo, o reforço de novas áreas de equipamentos em comunidades que até hoje se encontravam em estado de equilíbrio funcional, e que poderão, só o tempo o dirá, verem-se privadas da sua sustentabilidade.



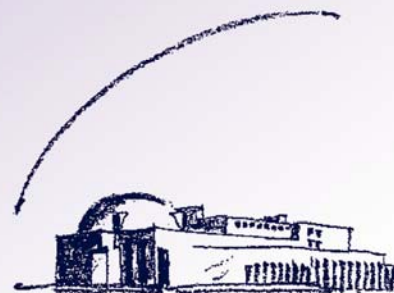
Resolver paisagisticamente algumas das feridas deixadas em aberto pelo rasgamento do IP4. O traçado desta via, seja na expressão de alguns dos seus taludes e barreiras de protecção acústica ou no traçado das concordâncias com as vias municipais, não foi concebido, pelo menos em parte do seu último troço, como uma estrada de importância nacional mas inserida num denso

território urbanizado, pelo que é urgente integrar esta via no tecido urbano que percorre e a devolvê-lo ao território a que pertence.

Concentrar atenções especiais nas áreas de território de menor densidade populacional e que hoje são servidas pelo Metro, que poderão assumir-se como potenciais e inconvenientes pólos de explosão urbana. Para obstar a eventuais fenómenos de desordenamento do território, urge tomar as necessárias medidas de contenção, embora seja da mais elementar justiça referir que as determinações inscritas em sede do PDM, aliadas a uma gestão urbanística determinada e exigente, serão instrumentos capazes de garantir um desenvolvimento ordenado dessas franjas de território.



Ambiente



Matosinhos
Câmara Municipal

Cada vez mais o ambiente se destaca — como corolário de um processo evolutivo de aquisição de uma consciência esclarecida no seio das sociedades contemporâneas — e assume na actualidade, um relevo e eminência determinantes para o desenho das opções estratégicas e dos desígnios do desenvolvimento económico e social.

De forma a consolidar a estratégia de valorização ambiental do Concelho de Matosinhos que tem vindo a ser desenvolvida nos últimos anos, foi estabelecido um programa de acção ambicioso para o ano 2007. O programa que se apresenta vertido do Plano e Orçamento para 2007, visa todas as áreas relacionadas com as políticas de ambiente, de forma transversal, consolidando uma imagem de qualidade de vida e conformidade ambiental relativamente a Matosinhos. Porque o presente executivo municipal é dinamizador e empreendedor de uma política irreverente, mas muito pragmática, as propostas apresentadas cooperam na estratégia global de elevada qualidade de vida que, aliás, é hoje predicado do Concelho de Matosinhos no panorama da Área Metropolitana do Porto

Esteios da estratégia de persecução deste compromisso, são: a inovação, a cidadania activa e a gestão integrada.



Neste sentido, destaca-se o conjunto de acções previstas para a **Orla Costeira**, que passam por um programa de monitorização integral da qualidade

da água, a requalificação dos espaços de fronteira com as zonas balneares e a construção de um passadiço que liga toda a corda costeira, desde o Rio Onda até ao Farol da Boa Nova.

Com a conclusão do processo de alteração ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho, para o primeiro trimestre de 2007, vai ainda ser possível iniciar o procedimento de requalificação de todos os equipamentos de apoio de praia. Cumulativamente, será apresentado um novo modelo de limpeza das áreas balneares, bem como um programa de formação para os concessionários de equipamento de praia. Ao longo da orla costeira, será ainda dinamizado um conjunto de valências interdependentes da qualidade ambiental, como são elementos culturais existentes, pontos de interesse ecológico e locais de lazer e recreio. Unificando toda esta ambiciosa programação, encontra-se em fase final de desenvolvimento um acordo com a Escola Superior de Arte e Design, que visa a cooperação com esta instituição de ensino superior na definição da Imagem das Praias de Matosinhos.

Acompanhando esta dinâmica, também na componente de espaços verdes, novos projectos vão surgir. Por um lado, projectos de grande dimensão, como o **Parque da Paz**, na envolvente à zona desportiva de Leça do Balio, ou como o **Parque Urbano do Vale do Leça**, entre o Porto de Leixões e o Monte Castelo, ou ainda o **Parque Ecológico de Monte de S. Brás**, os quais apresentam uma dinâmica mais orientada para o lazer em família. Cada um destes parques terá mais de



10 hectares ou frente com pelo menos 500 metros, permitindo servir uma população, num raio de 5 km. Este projectos permitem uma vivência da natureza, interrelacionando gerações, através de pontos de interesse diversificados, assim como a preservação e valorização do Vale do Leça como corredor ecológico fundamental de Matosinhos.

Tão importantes como os grandes parques, são os jardins e **espaços verdes de proximidade**. Para 2007 está definida a execução de cinco novos destes espaços, dos quais se vão destacar o “A Página”, na envolvente ao “Soneto

Ecológico” e Mata das Austrálias, e o Jardim nos terrenos envolventes à Feira de Custóias. Por outro lado, na área da gestão de espaços verdes, é de realçar o concurso de Concessão para a Quinta da Conceição, através do qual se vai empreender uma nova dinâmica neste emblemático espaço, e a Prestação de Serviços integrada para jardins e escolas, que entre outras coisas, vai permitir a execução de hortas pedagógicas para apoiar os espaços educativos.

Porque falamos de hortas, não podemos esquecer o **Projecto “Horta-à-Porta”**, já implementado com grande sucesso em Custóias, e que em 2007 será estendido a quatro novas freguesias. Este Projecto é uma reinterpretação de jardim urbano, pois mais do que uma área de lazer, é efectivamente um espaço de socialização, no qual as populações participam activamente na gestão dos espaços. Senhora da Hora, Leça do Balio, Matosinhos e Leça da Palmeira, são as próximas freguesias a receber este projecto.

Será ainda concretizada uma nova forma de relacionamento da **árvore em espaço urbano**. Este novo modelo que vai ser introduzido nas Avenidas Meneres e Sousa Aroso, vai permitir a introdução de árvores em vias que, por diversas razões técnicas, não permitem a ocupação do sub-solo.

Na componente de **gestão de resíduos e limpeza urbana**, para o ano de 2007 está definido um conjunto de acções que têm por objectivo colocar Matosinhos como modelo das políticas nesta matéria. Em primeiro lugar, será



realizado um Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos, com o qual se vai definir o modelo global a médio/longo prazo para esta componente. Paralelamente, no segundo semestre de 2007 terá início a nova concessão de recolha e limpeza urbana, para a zona nascente do concelho, na qual se deseja promover e incrementar significativamente a reciclagem multimaterial. Esta nova concessão vai permitir ainda a realização de um novo modelo de gestão e fiscalização, através de Georeferenciação, através do qual será possível “abrir” a gestão do sistema a todos os cidadãos.

Por forma a tornar efectiva esta melhoria de despenho geral do sistema, todos os regulamentos conexos serão revistos. Esta revisão pretende confirmar a linha estratégica encontrada com o estudo, especialmente no que se refere a

equipamentos de recolha, tipologias e horários de recolha. Cumulativamente, vai ser criado um mecanismo de detecção de infractores aos novos regulamentos, que vai passar por uma equipa de identificação da proveniência dos resíduos, com consequente acção contra-ordenacional. Ainda nesta matéria, e na zona central da cidade, com base no estudo já referido, será encontrado o modelo de recolha para cada zona habitacional. Este projecto vai permitir sanear de forma definitiva os problemas de recolha na cidade, otimizando os diversos sistemas e modelos a implementar (compartimentos de RSU's, contentores enterrados, ecopontos, giros de recolha, etc).



Numa outra componente de gestão de ambiente, encontramos os cemitérios, que pela sua natureza, são objecto de um trabalho de uma equipa multidisciplinar. Projecto maior nesta matéria é, sem dúvida, a concretização do **Tanatório de Matosinhos**. Este projecto de dimensão regional, vai responder a uma crescente procura que a sociedade manifesta no momento de prestar a ultima homenagem a entes queridos. Com este novo equipamento, vai ser possível realizar cerimónias com carácter ecuménico, dando a escolher três modelos diferentes de destino: enterramento, jazigo aeróbio ou cremação. O modelo aeróbio será também introduzido no cemitério de Custóias, e pretende ser o novo paradigma de gestão dos cemitérios.

Componente fundamental de interligação de todas as demais, é a **sensibilização e educação ambiental**. Nesta matéria, novos projectos vão ser desenvolvidos, como é exemplo a concretização de um plano de Educação Ambiental para a orla Costeira, que integra a fiscalização da qualidade, sobre a responsabilidade e em parceria com o FAPAS. Com a Universidade do Porto,

será estabelecido um protocolo para a gestão do Centro de Monitorização Ambiental da Praia de Matosinhos, através do qual se pretende explorar as componentes de educativas proporcionadas pelo mar.



Interrelacionado com todas estas componentes de gestão de ambiente, está o programa de **responsabilidade social**. Este programa visa a integração de pessoas e cidadãos portadoras de deficiência e reclusos (femininos e masculinos), por via da contratação para o desempenho de funções de conservação de jardins, limpeza da orla costeira e limpeza de parques urbanos. Neste programa estão actualmente envolvidos os Estabelecimentos Prisionais de Santa Cruz do Bispo (Masculino e Feminino), o CEFPI e a ADEIMA.

Políticas de Sustentabilidade Energética

O município pretende alinhar os seus objectivos com os do Programa "Energia Inteligente Europa" (EIE). Trata-se de um programa não-tecnológico que disponibiliza apoio financeiro a projectos, a eventos e à criação de agências de energia, visando a promoção da eficiência energética e a maior utilização das fontes de energia renováveis na Europa.

Pretende-se, pois, o estabelecimento de uma política municipal de sustentabilidade energética bem como a introdução, desde já, de algumas melhorias a este nível nomeadamente dos edifícios municipais.

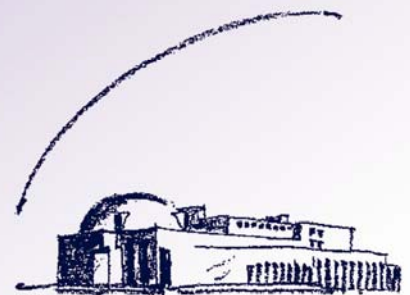
Áreas de Actividade Municipal

2

No fundo trata-se de promover projectos de intervenção que contribuam para o cumprimento, à escala local, da responsabilidade subscrita por Portugal no âmbito do Protocolo de Quioto (Kyoto), enquadradas no âmbito das políticas europeias rumo ao desenvolvimento sustentável.



Mobilidade



Matosinhos
Câmara Municipal

Áreas de Actividade Municipal

2

O IP4 e a VRI são já uma realidade em Matosinhos vivida diariamente por milhares de pessoas nas suas deslocações casa-trabalho e de acesso às mais importantes infra-estruturas económicas da zona norte do país como o Porto de Leixões, o aeroporto e a refinaria de Leça. A sua entrada em funcionamento, bem como as melhorias operadas no IC24, fez com que as deslocações interurbanas no concelho de Matosinhos e na Área Metropolitana do Porto estejam mais rápidas e eficazes. O pelouro da mobilidade tem vindo a monitorizar desde a primeira hora o impacto do funcionamento destas vias na mobilidade da cidade a mas a sua verdadeira repercussão só se fará sentir, sobretudo em termos do tráfego pesado, aquando da entrada em funcionamento da VILPL que se prevê para o primeiro trimestre de 2007.



No entanto, no último mês do ano de 2006, sentiu-se já algum impacto no tráfego da cidade de Matosinhos, pela entrada em funcionamento dessas vias de grande capacidade que poderão, pela sua procura, causar estrangulamentos, a curto prazo, em alguns pontos fulcrais dos nossos núcleos urbanos.

Como primeira medida para mitigar esse impacto, a Câmara Municipal de Matosinhos preparou e aprovou, no último trimestre de 2006, um plano de circulação e estacionamento para Matosinhos Sul, de forma a completar o modelo existente de malha reticulada com base em sentidos únicos de

circulação viária e também ordenar e disciplinar a oferta de estacionamento na via pública. Com a implementação deste plano prevista para o início do ano serão introduzidas na malha de Matosinhos Sul reservas de fluidez na circulação que poderão constituir uma boa resposta a esse acréscimo de procura. Mas o desenvolvimento sustentável das nossas cidades não se pode basear apenas numa boa gestão do tráfego, mas passa também pela implementação de medidas indutoras de novos hábitos de mobilidade, novos modos de transporte e incentivos aos transportes públicos e aos transportes não poluentes. Devem ser promovidas redes seguras e ambientalmente saudáveis para peões e para ciclistas, como complemento ao uso do automóvel. É que isso que será também implementado como projecto-piloto em Matosinhos Sul com uma ciclovia que ligará a Marginal de Matosinhos ao Parque da Cidade do Porto e ao Parque de Real.



Por outro lado, o planeamento urbano das cidades deve, cada vez mais, salvaguardar as acessibilidades para todos, sobretudo às pessoas com mobilidade reduzida. Continuaremos, por isso a considerar como prioritária a eliminação de barreiras arquitectónicas em todo o concelho, especialmente nos percursos e passagens de peões e nas acessibilidades aos edifícios públicos. O objectivo nesta matéria é eliminar as barreiras arquitectónicas no espaço público na cidade de Matosinhos e nos centros cívicos de todas as freguesias até ao fim de 2009 e alargar esse objectivo a todo o Concelho em 2013.

O nosso empenhamento no decréscimo dos níveis de sinistralidade rodoviária no concelho de Matosinhos continuará também a ser prioritário, tentando antecipar os objectivos previstos pelo novo “Plano Nacional de Prevenção Rodoviária” que aponta para uma redução de 50% até 2010 do número de mortos e feridos graves em acidentes nas estradas portuguesas.

Neste contexto, elencamos assim os principais objectivos para 2007:

- A estabilização do projecto da ligação do nó do IC1 em Lavra até ao centro da freguesia e sua articulação com o nó de Perafita através da EM 531 bem como o início da negociação dos respectivos terrenos.
- A implementação, no início de 2007, de duas **ciclovias** em Matosinhos, dando início a uma rede que se pretende abrangente ao nível de todo o concelho. Uma delas, a implementar na Av. General Norton de Matos, que constituirá o início da linha “Atlântica” que deverá ligar toda a orla costeira do concelho de Matosinhos. A outra, de orientação poente/nascente, desde a Av. General Norton de Matos até à Av. Afonso Henriques, utilizando a Rua Sousa Aroso, seria a raiz de outra linha que ligaria a marginal com os parques urbanos (“Inter-Parques”).
- A **eliminação de barreiras arquitectónicas**, cumprindo o projecto de adesão à “Rede Nacional de cidades e vilas com mobilidade para todos” e iniciando um novo objectivo para os próximos dois anos que será a eliminação total de barreiras na cidade de Matosinhos (freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira) e em todas as zonas envolventes às sedes de freguesia do concelho.
- Continuação da implementação de medidas para a redução da sinistralidade e melhoria da segurança rodoviária no concelho de Matosinhos e



monitorização das medidas já adoptadas, no âmbito do programa “**Pequenas Medidas Grandes Efeitos**”, de forma a atingir os objectivos concretos de redução da sinistralidade no concelho em 25% até 2007 e em 50% até 2009, antecipando assim

os objectivos do “Plano Nacional de Prevenção Rodoviária”.

- Estudar e discutir o eventual **Regulamento de Estacionamento** privativo pago na via pública, como forma de disciplinar e reorganizar o estacionamento automóvel em Matosinhos e permitir o enquadramento de todos os lugares privativos de estacionamento existentes na via pública.

- Criar condições para que a nova rede de carreiras regulares de passageiros proposta pela STCP para entrar em funcionamento em Janeiro de 2007 se adapte e sirva as necessidades do Concelho de Matosinhos, contribuindo para uma melhoria da intermodalidade da **rede global de transportes públicos** no concelho de Matosinhos e melhorar a articulação com os restantes operadores nomeadamente privados.
- A conclusão do estudo para a circulação viária e compatibilização dos usos da **Avenida Serpa Pinto** e sua requalificação.
- A construção de um **conjunto importante de novas rotundas** que permitirão descongestionar alguns pontos que se aproximam de críticos: na entrada do IP4 junto ao Tribunal de Matosinhos, na Rua Alfredo Cunha junto à Rua da Misericórdia, o reperfilamento da rotunda junto à Avenida Comércio de Leixões e a Rua da Seara, a criação de nova rotunda junto ao Cemitério de Sendim, nos quatro Caminhos na EN 208 na Senhora do Hora e no cruzamento da Av. Serpa Pinto com a Av. Duarte Pacheco.
- Requalificação do **Núcleo Histórico de Leça da Palmeira**, numa primeira fase, através da criação de condições para a criação de um parque de estacionamento na zona e, numa segunda fase, a requalificação de toda a zona com pedonalização de áreas.
- A requalificação de ruas como a **Rua Alfredo Cunha**, a **Rua da Barranha**, a **Rua da Cruz de Pau**, a **Rua Dr. Eduardo Torres**, entre outras.
- a construção do Parque de **Estacionamento da Marginal de Leça da Palmeira**.
- a construção do Parque de **Estacionamento de Manhufe**, junto à Av. Comércio de Leixões e ao cemitério de Sendim que servirá de parque de entrada na cidade e, também, para acolher as festas do Senhor de Matosinhos.

Segurança e Protecção Civil



Matosinhos
Câmara Municipal

Áreas de Actividade Municipal

2

O Departamento de Segurança e Protecção Civil da Câmara Municipal de Matosinhos, tem por atribuição coordenar a actividade da Polícia Municipal, da Fiscalização Municipal, das Contra-ordenações, e do Serviço Municipal de Protecção civil, numa perspectiva de interacção com a população, realçando-se o carácter eminentemente formativo da actuação dos elementos que nele trabalham.

Privilegiam-se os contactos directos com os munícipes, em acções de sensibilização e de mobilização em torno de questões como “O Dia da Segurança”, com animações pedagógicas de rua em pontos chave do Concelho, e a elaboração e exposição de trabalhos dos alunos das Escolas Básicas.

Numa vertente mais globalizante, serão dinamizados o Conselho Municipal de Segurança e a Comissão Municipal de Protecção Civil.



Um dos projectos para 2007 é a criação de um serviço de gestão administrativa que implemente o desenvolvimento de métodos de trabalho que permitam consolidar a organização interna, o controle e a elaboração de documentos, a criação de estatísticas para melhor compreensão dos diversos fenómenos ligados à actividade, e o arquivo.

Para o ano de 2007, tendo em conta o trabalho desenvolvido no ano transacto, e partindo da premissa de que o teórico delineado se adequa sempre, na prática, às condições e às exigências encontradas no terreno, são as seguintes as linhas de força das actividades das diferentes unidades orgânicas:

Polícia Municipal

Quer pela natureza das suas funções – fiscalização do cumprimento das normas e regulamentos municipais e do cumprimento das normas de estacionamento de veículos e de circulação rodoviária, cooperação com outras forças de segurança, e sensibilização das populações relativamente a questões de interesse social – quer pelas áreas da sua intervenção – urbanismo, construção, defesa e protecção do meio ambiente e do património cultural – a Polícia Municipal assume um papel essencial na aproximação entre Município e munícipes, dada a sua presença sempre visível na comunidade, e o seu contributo para a melhoria constante das condições de vida das populações do Concelho.

Assim, será dado particular realce às seguintes áreas de intervenção: controlo das práticas de venda ambulante ilegal; promoção da mobilidade rodoviária e pedonal, através da campanha de sensibilização “Quem Incomoda Incomoda-se” e utilizando meios de



remoção de viaturas (reboques) e bloqueadores; fiscalização de depósito de resíduos sólidos urbanos; intensificação da fiscalização na área do ruído e do cumprimento de horários de estabelecimentos, principalmente nocturnos; continuação do plano de formação profissional nas áreas de maior necessidade, nomeadamente no atendimento ao público, na gestão de conflitos e nas diversas posturas existentes; integração e enquadramento dos novos agentes na realidade prática do município, tendo em conta o crescimento do número de agentes, de 15 em 2002 para 43 em 2006.

No que diz respeito à mobilidade rodoviária e pedonal, e dado que o número de efectivos o permite, será utilizado o sistema de fiscalização intensiva por áreas,

previamente definidas até ser atingido o ponto de equilíbrio, em que a presença de agentes não seja o factor principal no cumprimento das regras rodoviárias, mas sim o comportamento dos cidadãos condutores ou outros. Vai ser dada uma especial atenção à ocupação da via pública, nomeadamente passeios e locais destinados a peões.

Para melhorar o funcionamento do serviço de polícia, pretende-se também montar um serviço de comunicações que permita a comunicação rápida entre os diversos agentes e a sala de controlo operacional, bem como entre os diversos serviços com missões de intervenção na via pública.

Continuação da informatização do serviço.

No âmbito da segurança, termos ainda em pleno funcionamento o Conselho Municipal de Segurança.

Fiscalização Municipal

Articulando as duas grandes vertentes da sua actuação – a fiscalização do cumprimento das posturas e regulamentos municipais, e a colaboração com os restantes serviços municipais,



nomeadamente em matéria de notificações, citações e outras diligências – o Serviço de Fiscalização Municipal, irá continuar a desenvolver tarefas que vão da fiscalização propriamente dita, ao fornecimento de informações necessárias aos diversos serviços municipais, na prossecução das funções próprias de cada um, cabendo-lhe, ainda, um especial enfoque nas questões que dizem respeito à protecção ambiental no espaço do concelho.

Com vista a melhorar a execução das tarefas de maior complexidade e perigosidade, os Serviços de Fiscalização farão equipa com agentes da Polícia Municipal, sempre que tal se justifique.

Este serviço vai continuar a dar especial atenção à fiscalização urbanística, nomeadamente às construções clandestinas. Para agilizar o Serviço de Fiscalização Municipal torna-se necessária a aquisição de novas viaturas, bem como de software específico.

Contra-ordenações

Em complementaridade com a fiscalização municipal, o serviço de contra-ordenações surge como um serviço de retaguarda que tem por missão fazer valer os actos de gestão do município, mantendo-se a perspectiva formativa do exercício da administração como pedra de toque de toda a actuação. De facto, e aos olhos dos munícipes, torna-se necessário complementar a acção de fiscalização com a consequente tomada de medidas de coacção que possibilitem a reposição da legalidade, sempre que se detectarem ou forem denunciadas situações anómalas de incumprimento dos regulamentos e normativos municipais.

De forma a otimizar as potencialidades do serviço de contra-ordenações, é imperioso modernizar os procedimentos, o que obriga à utilização de software específico que faça o devido controlo e exploração dos processos, bem como sistematizar os processos organizativos.

Pretende-se também continuar a aprofundar os conhecimentos na área do processo, pelo que vamos intensificar a formação dos seus funcionários iniciada no ano de 2006.

Serviço Municipal de Protecção Civil

Sendo a principal finalidade dos serviços municipais de Protecção Civil a protecção física de pessoas e de bens, em situação de grave risco colectivo, calamidade pública ou catástrofe, isto implica a disponibilidade constante e total dos seus operacionais, trabalhando estes serviços em permanente estado de prevenção.

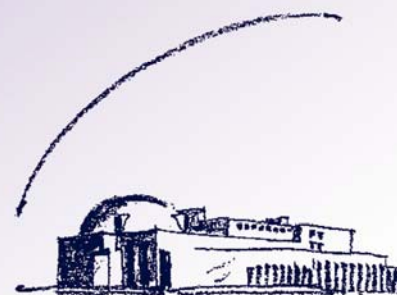


De facto, a Protecção Civil encontra-se sempre pronta a reunir e coordenar os meios técnicos e humanos necessários, a qualquer momento, na resolução de todo o tipo de situações de emergência extrema em que a segurança e a vida das pessoas possa estar em perigo. Este serviço reveste-se de uma grande importância no concelho de Matosinhos, dadas as suas características específicas.

Matosinhos congrega no espaço urbano diversos factores de risco – indústrias de transformação e armazenamento de petróleo e seus derivados – aos quais é necessário corresponder com uma estratégia sustentada e definida de Protecção Civil.

No ano de 2007, irão decorrer reuniões da Comissão Municipal de Protecção Civil e irá ser finalizada a actualização do Plano de Emergência Externo, e respectivos simulacros. Por outro lado, manter-se-à como um dos grandes objectivos para 2007 a sensibilização da comunidade para as questões da protecção civil, direccionada especialmente para a comunidade escolar, nomeadamente com a elaboração dos Planos de Emergência das Escolas. Paralelamente será implementado o funcionamento da Sala de Operações para o Serviço Municipal de Protecção Civil, que possibilitará a permanente ligação entre os diversos organismos ligados à área da segurança e protecção civil.

Desporto



Matosinhos
Câmara Municipal

É incontornável a importância do fenómeno desportivo no desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Realidade multifacetada, o Desporto tem implicações não só na promoção da qualidade sanitária da vida das populações, mas tem também repercussões óbvias no plano económico, nomeadamente como fonte directa e indirecta de emprego, sendo também um indiscutível instrumento de coesão social.



Matosinhos, território de fortes tradições desportivas, não foge à regra e alberga uma rede complexa de instalações e equipamentos, bem assim como instituições públicas, privadas e associativas, que enquadram milhares de praticantes desportivos procurando sempre, contudo, cativar um número ainda maior entre a população concelhia.

A Autarquia possui, neste contexto, responsabilidades acrescidas. Daí o seu empenhamento na efectiva implementação de uma política desportiva coerente e sustentada. Política essa em larga medida assente na acção e dinâmica da “MS – Matosinhos Sport, EM”. O papel primordial que esta empresa municipal possui na dinamização, planeamento e gestão na área do desporto concelhio, está claramente definido e discriminado nos objectivos e no plano plurianual de actividades desta empresa



incluindo, entre outros, a prossecução dos Programas de Formação Desportiva (Escolas de Natação e de Ginástica, Programa de Educação Física e Formação Desportiva do Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, Centros de Aprendizagem Desportiva, Férias Desportivas...)

Projecto iniciado em 2006 pela Autarquia, com grande sucesso, intensificar-se-á em 2007 o Programa “Põe-te a Mexer” através de acções destinadas ao aproveitamento do tempo livre de uma forma socialmente útil, e envolvendo na sua promoção instituições desportivas concelhias. De resto, reconhecendo-se o

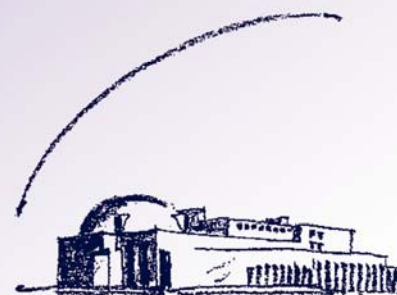


valioso contributo que representa o Associativismo Desportivo, a Câmara continuará a privilegiar a concretização de parcerias com as colectividades locais, através de assinaturas de contratos-programa, consciente que o Desporto é largamente suportado, gerido e enquadrado tecnicamente por um vasto e dedicado movimento voluntário. Serão, neste âmbito, assumidas parcerias e comparticipações financeiras não só na promoção de iniciativas, mas também na aquisição de equipamentos e concretização de obras construção e/ou requalificação e regeneração de instalações desportivas. Tais parcerias serão assumidas no quadro das “Normas de Apoio ao Associativismo Desportivo” a definir e implementar definitivamente durante 2007. Procurar-se-á, também, dar corpo à criação do Conselho Consultivo do Desporto, de forma a assegurar, na definição da política desportiva da Autarquia, uma mais ampla participação dos agentes concelhios inseridos no fenómeno desportivo.

Além das instalações tuteladas por associações, é preocupação desta Câmara Municipal prosseguir o esforço que vem assumindo de cobrir todo o território de um conjunto qualificado e diversificado de equipamentos municipais desportivos que permitam assegurar a prática de um amplo leque de modalidades e actividades desportivas, não só na vertente competitiva, mas, também, crescentemente, na vertente recreativa, de lazer e da promoção da saúde.



Habitação



Matosinhos
Câmara Municipal

A política de habitação tem como braço operacional a MatosinhosHabit – MH, Empresa Municipal de Habitação na qualidade de gestora do património da Câmara Municipal de Matosinhos, tendo por entendimento que no início do século XXI as Empresas Municipais não podem e não devem apenas proporcionar uma habitação digna, pretende no ano de 2007 lançar-se em novos desafios.

É essencialmente sobre três vertentes que a política de habitação vai pautar a sua acção.

Ter uma casa, ainda que dotada de todas as condições físicas e materiais, não garante uma porta de entrada para a cidadania plena. Terá necessariamente de saber dar resposta a questões associadas e indissociáveis do fenómeno “realojamento”. Só de forma integrada, intervindo nas várias frentes que podem influir sobre o bem-estar de indivíduos e famílias, é possível alcançar uma inclusão social positiva e



harmoniosa da população residente. Este é o principal esforço da Empresa Municipal: consolidar o acompanhamento das 4.200 famílias que integram o nosso parque habitacional social.

Ao longo do ano de 2007 a MH continuará atenta à cobrança das rendas, não descurando o agravamento da situação socio-económica a que temos assistido nos últimos anos.

O ano de 2007 marcará também o início de reabilitação e conservação dos Conjuntos Habitacionais da Praia de Angeiras (Lavra), Guarda (Perafita), Estação (S. Mamede Infesta), Teixeira Lopes (Custóias) e Cruz de Pau (Matosinhos) pela candidatura ao PROHABITA.



Na sequência do levantamento habitacional efectuado em parceria com a Rede Social do concelho, que permitiu a sinalização de centenas de novas situações habitacionais, o ano de 2007 será determinante na verificação de todas estas situações no terreno, e aquisição e/ou construção de novos fogos.

Associado a novos realojamentos, a C.M.M./MH atenta ao problema dramático da população idosa, propõe construir residências seniores, procurando solucionar o problema de habitação, abandono e solidão, com que se debate esta faixa etária da nossa sociedade. Daremos, pois, início ao processo para a construção da Residência Sénior de Matosinhos e à 2ª Fase do C.H. Monte Espinho, em Leça da Palmeira.



É imprescindível a aquisição e/ou construção de habitações na Freguesia de Lavra, no sentido de dar resposta a situações graves de precariedade habitacional, sinalizadas no PER.

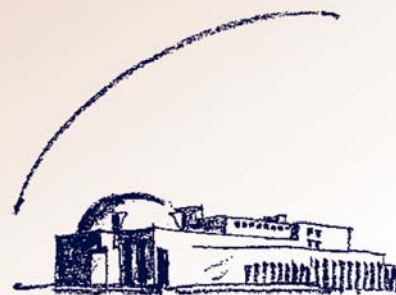
Na área de Reabilitação Urbana e das Obras e Manutenção propõe-se dar início a um novo modelo de política habitacional, evoluindo da construção/aquisição de fogos novos para a aquisição e recuperação de fogos ou edifícios degradados. Este novo modelo permitirá lançar as bases de uma política de reabilitação urbana, entendida como um processo de transformação e requalificação do espaço urbano.

Importante será também incentivar a actividade do Programa RECRUA, promovendo uma campanha de informação no Concelho e criando um Gabinete de Apoio Técnico de Aconselhamento aos proprietários e inquilinos. Com esta medida pretende-se pôr fim à degradação habitacional que se verifica no concelho, contribuindo também para a sua reabilitação urbana.



Por último, em termos de reabilitação urbana, e como grande desafio nesta área pretendemos devolver a Matosinhos o “Bairro dos Pescadores” na sua forma original, (forma de barco intimamente ligado a esta terra pela ligação das suas gentes ao mar) iniciando o projecto de reabilitação e construção na sua envolvente de habitações que substituirão os anexos que ao longo dos últimos anos foram erigidos de forma agressiva e arbitrária, criando zonas de lazer e acessibilidades.

Gestão Financeira



Matosinhos
Câmara Municipal

1. RECEITA PREVISIONAL

1.1 – Critérios de avaliação da receita

Tal como habitualmente, a estimativa das diferentes rubricas da receita resultaram, na sua quase totalidade, da média aritmética observada nos 24 meses anteriores á elaboração do presente documento. Este é um procedimento que se enquadra nas disposições legais que sobre esta matéria o POCAL determina, nomeadamente no que respeita a impostos, taxas e tarifas. Naturalmente que capítulos tais como transferências, passivos financeiros e alguns outros fogem a esta regra, havendo aqui que respeitar, quando é caso disso, os valores de protocolos, contratos ou ainda candidaturas que, para este efeito, foram apurados pelos diversos serviços responsáveis pela sua gestão.

Sob pena de se desvirtuar em demasia o conteúdo de algumas rubricas, à semelhança aliás de anos anteriores, mantendo por conseguinte inalterados os fundamentos então apresentados para tal, haverá uma ou outra excepção à aludida regra geral da média. Estão neste caso os débitos de algumas entidades, cuja dimensão associada às expectativas da sua liquidação para breve, aconselham, a nosso ver, dotar as respectivas rubricas com os valores que efectivamente se perspectiva venham a ser liquidados durante a Gerência em apreço. Estes poucos casos serão abordados mais adiante.

1.2 – Estrutura da receita

A receita inscrita no presente orçamento ascende a 119.917.575 euros.

	Capítulos de classificação económica	Valor	%
Receita Corrente	Impostos Directos	41.987.405	35,0%
	Impostos Indirectos	30.010.548	25,0%
	Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.869.496	1,6%
	Rendimentos de Propriedade	3.034.262	2,5%
	Transferências Correntes	14.953.058	12,5%
	Venda de Bens e Serviços Correntes	8.376.263	7,0%
	Outras Receitas Correntes	200.197	0,2%
	Total da Receita Corrente	100.431.229	83,8%
Receita de Capital	Venda de Bens de Investimento	10.030.009	8,4%
	Transferências de Capital	9.450.064	7,9%
	Activos Financeiros	0	0,0%
	Passivos Financeiros	1	0,0%
	Outras Receitas de Capital	6.270	0,0%
	Total da Receita Capital	19.486.344	16,2%
Outras Receitas		2	0,0%
Total da Receita		119.917.575	100,0%

Atendendo à sua natureza, sobressairá antes de tudo o predomínio da receita corrente. De facto o seu valor, 100.431.229 euros, atinge praticamente a fasquia dos 84% da receita total orçada, contra os 16% da receita de capital. Este é pois o perfil ou o traço essencial que caracterizará a receita assim estruturada.

Uma aproximação a estas duas grandes categorias da receita revelará ainda que cerca de 60% do seu valor está concentrado em apenas duas do conjunto de rubricas que constituem o seu elenco. São elas os impostos directos e



indirectos, os quais totalizam 71.997.953 euros. A receita fiscal contudo reforçará em 1.869.496 euros este último valor, dada a inclusão do capítulo das Taxas, Multas e Outras Penalidades naquele grupo, representando 62% do orçamento para 2007.

Outro grupo a isolar será o das Transferências. Para além das transferências da Administração Central (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação no IRS) que representam, no seu conjunto, cerca de 15.770.266 euros, dever-se-á mencionar que 6.919.184 euros se destinam a complementar financiamentos no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos.

As restantes rubricas ou grupos assumem menor importância que as anteriores no cômputo do orçamento global, assumindo um carácter, se não marginal, pelo menos significativamente menos estruturante. De facto, com exclusão da Venda de Bens e Serviços Correntes, cuja previsão está orçada em 8.376.263 euros, influenciada sobretudo pelos serviços de resíduos sólidos, e pela Venda de Terrenos, rubrica para a qual se estima um valor de aproximadamente 10 milhões de euros, todas as outras rubricas têm valores abaixo dos 3,1 milhões de euros.

1.3 - Receitas próprias e alheias

Como consequência do que atrás foi referido, à receita própria será acometida a maior parcela dos fundos previstos para o ano em apreço. Tal primazia é aliás bastante expressiva, uma vez que aproximadamente 80% dos fundos da receita total orçada estão enquadrados nesta categoria. Naturalmente que este novo enfoque da receita não alterará a contribuição absoluta e relativa da generalidade dos seus capítulos e, nessa medida, mais do que retomar esta perspectiva, feita no ponto anterior, importará detalhar alguma informação que, porventura, relevará para esta vertente.

Categoria	Natureza	Valor	%
Receitas Próprias	Impostos Directos	41.987.405	35,0%
	Impostos Indirectos	30.010.548	25,0%
	Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.869.496	1,6%
	Rendimentos de Propriedade	3.034.262	2,5%
	Venda de Bens e Serviços Correntes	8.376.263	7,0%
	Outras Receitas Correntes	200.197	0,2%
	Venda de Bens de Investimento	10.030.009	8,4%
	Activos Financeiros	0	0,0%
	Outras Receitas de Capital	6.270	0,0%
	Subtotal	95.514.450	79,7%
Receitas "Alheias"	Transferências Correntes	14.953.058	12,5%
	Passivos Financeiros	1	0,0%
	Transferências de Capital	9.450.064	7,9%
	Outras Receitas	2	0,0%
	Subtotal	24.403.125	20,3%
Receita total		119.917.575	100,0%

Assim contrapondo receita própria e alheia, estabelecida que está a importância do contributo da receita fiscal, justificar-se-á aqui referir a propósito desta última que, salvo duas excepções, a regra subjacente às projecções que aqui se apresentam foi a da média aritmética, verificada nos últimos 24 meses, para todo o rol de rubricas ou itens que perfazem este grupo. A regra adoptada enquadra-se no conjunto de disposições legais previstas no POCAL sobre esta matéria e afigura-se-nos, dentro destes condicionalismos, como a mais ajustada face à imponderabilidade dos factores, nomeadamente económicos, que pesam e afectam a execução dos respectivos valores.

A excepção atrás aludida respeita à Ocupação da Via Pública, incluída no capítulo dos Impostos Indirectos. A presente projecção reflecte dívidas ou créditos de montante significativo. Está em causa o pagamento das taxas por



ocupação do subsolo com condutas de Fuel liquidadas às Petrolíferas instaladas no Concelho nos últimos anos, processo de alguma forma conturbado pela impugnação das taxas aplicadas que estas empresas têm interposto junto do poder judicial. Contudo a sua evolução mais recente, nomeadamente as decisões do Tribunal Constitucional sobre esta matéria reforçam as expectativas de um desfecho favorável à Câmara, razão pela qual tais valores terão sido inscritos.

Relativamente à componente alheia da receita, a nossa atenção dirige-se exclusivamente para as Transferências, como aliás se pode verificar no quadro anterior. De facto as medidas decorrentes e na sequência da Lei de Estabilidade Orçamental têm, como é sabido, condicionado o recurso ao crédito e, como consequência, os fundos alheios maioritários e por isso a considerar nesta breve descrição serão transferências.

No que a estas respeita, tendo sido já feita uma referência às contribuições decorrentes da Administração Central a título de F.E.F. e F.S.M. e a participação no IRS, importará referir que os valores que ora se consideram tomaram como base a proposta do Orçamento de Estado para 2007. Os montantes são os que se representam no quadro seguinte.

Transferências	Corrente	Capital	Total
FEF	3.796.319	2.530.880	6.327.199
FSM	2.226.326		2.226.326
PARTICIPAÇÃO IRS	7.216.741		7.216.741
Total	13.239.386	2.530.880	15.770.266

Das restantes transferências, as que se destinam ao investimento assumem um maior peso, como se pode verificar pela análise do quadro seguinte

Outras	Corrente	Capital	Total
Transferências	1.713.672	6.919.184	8.632.856,00



De entre estes haverá naturalmente valores cuja dimensão justificará uma referência. Dos 6.919.184 euros, relativos a transferências de capital, 6.679.706 euros dizem respeito a candidaturas ao FEDER para financiar a construção de infraestruturais e arruamentos, a remodelação do Teatro Constantino Nery, a conservação do Museu da Quinta de Santiago e recuperação da Ponte Medieval do Goimil.

Outras iniciativas minoritárias poderiam também elas ser aqui mencionadas, contudo sendo menos relevantes, cremos não se justificar uma referência individualizada.

No que toca agora às transferências correntes, deduzidos as transferências da administração Central, FEF, FSM e Participação no IRS, perfaz-se 1.713.672 euros. Neste capítulo justificar-se-ão algumas referências: acordo de cooperação pré-escolar, programa de generalização do ensino de inglês e outras actividades de enriquecimento curricular e de fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo, comparticipação dos encarregados de educação no serviço de refeições dos alunos e comparticipação da DGAL nos encargos com transportes escolares.

Sem uma referência exaustiva a todas as iniciativas, cremos contudo ter destacado os contributos mais importantes do ponto de vista financeiro, incluídos no orçamento para 2007, muito em particular os que se prendem com a receita alheia, cujo expressão percentual, como já se referiu não irá além dos 20,3% da receita total.

2. DESPESA PREVISIONAL

2.1 - Critérios adoptados na projecção dos valores da despesa

Tal como se tem vindo a proceder nos anos anteriores, a previsão das despesas para 2007, resultará antes de tudo da consideração das obrigações que transitam para esta gerência, sob a forma de contratos de empreitadas e serviços diversos, a que acrescem naturalmente as despesas obrigatórias, como sejam as despesas com pessoal e a satisfação do serviço da dívida e também das opções estrategicamente relevantes consubstanciadas no elenco de acções constante das Grandes Opções do Plano. Subsidiariamente, um grande número de despesas que cobrem as necessidades de funcionamento da Edilidade, foram estimadas tendo sobretudo em consideração não só os valores históricos que se têm observado para os últimos anos, como também a sua pertinência no quadro de uma gestão progressivamente mais eficaz.

2.2 – Estrutura

Agregação	Natureza	Valor	%
Despesas Correntes	Pessoal	27.775.972	23,2%
	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	32.434.872	27,0%
	Juros e Outros Encargos	996.405	0,8%
	Transferências Correntes	5.379.958	4,5%
	Subsídios	2.350.000	2,0%
	Outras Despesas Correntes	1.838.667	1,5%
	Subtotal	70.775.874	59,0%
Despesas de Capital	Aquisição de Bens de Capital	41.700.786	34,8%
	Transferências de Capital	3.404.909	2,8%
	Activos Financeiros	1	0,0%
	Passivos Financeiros	4.036.004	3,4%
	Outras Despesas de Capital	1	0,0%
	Subtotal	49.141.701	41,0%
Total da Despesa		119.917.575	100,0%



Dado o princípio do equilíbrio orçamental, a despesa total orçada para 2007 ascende a 119.917.575 euros.

De acordo com a tradicional classificação económica, o quadro anterior revela uma presença maioritária das despesas correntes, com uma percentagem de cerca de 59% do valor global da despesa. O Investimento directo, cerca de 41,7 milhões de euros, tem um peso de 85% no conjunto das Despesas de Capital, representando cerca de 35% dos recursos financeiros definidos a despendar em 2007. Contudo, em rigor, o investimento total previsto (directo e indirecto), financiado pelo presente orçamento deverá ascender 45.105.695 euros, acréscimo que resulta das dotações atribuídas às transferências de capital. Assim encarado, o investimento total representará cerca de um terço da despesa total. Respeitando, no entanto, a segregação imposta pelo classificador das despesas, as dotações atribuídas seja aos Passivos Financeiros, seja às aludidas transferências, são-lhe claramente inferiores, representando no seu conjunto cerca de 6% da despesa total.

No que respeita à componente corrente da despesa, sobressaem aqui dois pólos que, do mesmo modo, se demarcam dos restantes itens desta classe. Trata-se, como é bem visível no quadro anterior, das Despesas com Pessoal e das Aquisições de Bens e Serviços, representando no seu conjunto 50% da despesa.

Os restantes itens da despesa corrente absorvem claramente menos recursos. De facto, tanto o capítulo dos Juros e Outros Encargos, Outras Despesas Correntes e Subsídios, cuja expressão orçamental os situa à volta dos 9%, remetem-se para um plano secundário no contexto desta análise.

Terá porventura razão de se determinar, ainda que de uma forma aproximada, o montante de recursos que se prevê seja destinado ao funcionamento dos Serviços. Como se depreende incluir-se-ão aqui a generalidade das despesas, de cariz corrente, que asseguram o seu exercício.



Ainda que de forma aproximada, como atrás referimos, este valor poderá ser alcançado pelo quadro seguinte, onde se repartem os recursos por entre as Grandes Opções do Plano e por todas as restantes despesas que não têm esse enquadramento. Deste modo, para além das despesas de funcionamento será possível quantificar o peso relativo das duas componentes das Grandes Opções do Plano, observando inclusive, para cada caso, os capítulos de Classificação económica responsáveis por tais valores.

Como é sabido, alguns capítulos da despesa estão maioritariamente ou exclusivamente ligados a uma ou outra categoria. As despesas com pessoal bem como o investimento ou transferências são disso exemplo.

Assim, ao Plano Plurianual de Investimentos, estão atribuídas as dotações constantes dos capítulos do Investimento e dos Activos Financeiros; nas despesas de funcionamento, predominam naturalmente as despesas com pessoal e uma parcela das Aquisições de Bens e Serviços; ao Plano de Actividades estarão sobretudo afectas as dotações das Transferências e das Aquisições e Serviços.

Agregação	Natureza	Afecto exclusivame nte ao orçamento	Afecto exclusivame nte ao Plano
Funcioname nto	Pessoal	27.566.466	209.506
	Aquisição de Bens e Serviços		
	Correntes	7.555.963	24.878.909
	Outras Despesas Correntes	1.677.301	161.366
Investimento	Aquisição de Bens de Capital	0	41.700.786
	Transferências de Capital	0	3.404.909
Serviço da Dívida	Juros e outros encargos	996.405	0
	Passivos Financeiros	4.036.004	0
Outras Despesas	Transferências correntes	114.000	5.265.958
	Subsídios	0	2.350.000
	Activos Financeiros	0	1
	Outras Desp. Capital	1	0
Total da Despesa		41.946.140	77.971.435

Tendo presentes estas considerações, conclui-se facilmente que os encargos de funcionamento representam, aproximadamente, 35% da despesa orçada, o PPI 35% e, finalmente, o PAM 30%.

Retomando a questão dos encargos de funcionamento, será talvez de realçar que no presente orçamento é reforçado o esforço que tem vindo a ser prosseguido no sentido de reduzir o seu montante, tendência que se pode observar para as suas componentes mais flexíveis.

3. POUPANÇA CORRENTE

Da análise da estrutura orçamental descrita, resulta que o financiamento da despesa de capital será previsivelmente feita do seguinte modo:

Financiamento das Despesas de Capital		
Poupança Corrente	29.655.355	60,3%
Venda de Bens de Investimento	10.030.009	20,4%
FEF	2.530.880	5,2%
Outras Transferências de Capital	6.919.184	14,1%
Passivos Financeiros	1	0,0%
Activos Financeiros	0	0,0%
Outras Receitas de Capital	6.270	0,0%
Outras Receitas	2	0,0%
Total	49.141.701	100,0%

Como se poderá verificar, a poupança corrente (diferencial entre receitas e despesas correntes) ascende a 29.655.355 euros e sobressai manifestamente no conjunto das restantes fontes de financiamento das despesas de capital, representando cerca de 60% do seu valor.

4. DESPESAS COM PESSOAL E ENDIVIDAMENTO – LIMITES

No que respeita a este ponto referimos simplesmente que os valores projectados para 2007, sugerem que os limites em questão não venham a ser violados.

Como é sabido, estes limites estão indexados a valores observados no ano económico anterior. O limite a observar para as Despesas com Pessoal é função da receita corrente verificada na Gerência anterior, enquanto limite legal de endividamento depende do valor do investimento realizado, também no mesmo período.

Tendo em conta as despesas com pessoal projectadas quer pela Câmara de Matosinhos, quer as da LIPOR, e as receitas correntes efectivamente recebidas até meados de Dezembro de 2006 pela nossa autarquia, o custo com pessoal dos quadros cifra-se em cerca de 45% do limite imposto por lei, enquanto que os do pessoal em qualquer outra situação não atingem sequer 24% do limite legalmente instituído.

No que respeita ao endividamento, a situação afigura-se igualmente segura. De facto, apesar das medidas que têm vindo a ser tomadas desde 2002, com vista à redução do défice público, os encargos que actualmente se perspectivam ficam aquém dos limites estabelecidos.

Embora os parâmetros envolvidos, quer no caso do endividamento, quer no caso dos custos com pessoal, não sejam ainda integralmente conhecidos, sugerem, contudo, que se estará abaixo dos valores legais.

5. FINANCIAMENTO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Dotação Global do Plano	94.138.964
Receitas Orçadas	119.917.575
Encargos de Funcionamento (sentido lato)	41.946.140
Financiamento assegurado	77.971.435
Financiamento a assegurar	16.167.529

Na página seguinte apresenta-se uma síntese das Grandes Opções do Plano, donde constam as principais funções impostas pelo Plano Oficial de Contabilidade Autárquica, podendo-se, através dele, verificar que a totalidade de fundos, desde já, assegurados e por isso afectos a acções definidas ascendem a 77.971.435 euros.

Paralelamente, verifica-se que o financiamento de algumas outras ainda não está assegurado, cerca de 16.167.529 euros, pelo que a sua inclusão fica dependente de fundos cuja realização não está garantida em absoluto, muito embora existam fundadas razões para supor que tal venha acontecer.

Para esse efeito haverá um saldo inicial de tesouraria e financiamentos a serem aprovados que rondam este último valor, permitindo que na gerência em apreço, através dos mecanismos das alterações e revisões orçamentais, a sua incorporação permita assegurar e, por isso, viabilizar a execução das acções em causa.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Objectivo	Total	Dotação definida	Dotação a definir
FUNÇÕES GERAIS	8.994.179	8.176.095	818.084
Serviços Gerais da Administração Pública	8.076.678	7.258.594	818.084
Segurança e Ordem Públicas	917.501	917.501	0
FUNÇÕES SOCIAIS	60.685.616	51.852.421	8.833.195
Educação	8.572.118	6.510.118	2.062.000
Saúde	650.002	200.002	450.000
Segurança e Acção Sociais	4.538.721	3.988.721	550.000
Habitação e Serviços Colectivos	32.404.822	30.071.277	2.333.545
Serv.Culturais, Recreativos e Religiosos	14.519.953	11.082.303	3.437.650
FUNÇÕES ECONÓMICAS	16.038.567	11.917.317	4.121.250
Industria e Energia	590.000	590.000	
Transportes e Comunicações	10.612.060	8.712.060	1.900.000
Comércio e Turismo	4.369.204	2.174.454	2.194.750
Outras Funções Económicas	467.303	440.803	26.500
OUTRAS FUNÇÕES	8.420.602	6.025.602	2.395.000
Transferência entre Administrações	7.603.500	5.208.500	2.395.000
Diversas não especificadas	817.102	817.102	0
TOTAL	94.138.964	77.971.435	16.167.529